Sumário

Número de notícias: 32 | Número de veículos: 18

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ANFIP
Liberação de jogos de azar opõe Centrão a evangélicos 4

CORREIO DO POVO ONLINE - PENEDO - AL - GERAL
ANFIP
Liberação do jogo opõe Centrão a evangélicos 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Receita limita isenção de fundos patrimoniais 9

O POPULAR - GO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
STF decide que pensões especiais são inconstitucionais 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Pacheco espera solução em breve 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Guedes pede apoio a investidor 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Os improvisos na reforma tributária (Artigo) 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Total de favelas dobra no Brasil em dez anos e 20 milhões passam fome 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Desafio aceito: o que é possível fazer contra a inflação 18

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Dólar dispara, supera R$ 5,57 e leva BC a intervir no mercado 22

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma tributária mundial a caminho - OPINIÃO JURÍDICA 23

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
FMI reduz projeções sobre endividamento no Brasil, mas alerta para juro alto 24

O GLOBO - ON LINE - RJ - MALU GASPAR
REFORMA TRIBUTÁRIA
No projeto que muda a configuração do Ministério Público, o que vale é o garantismo em causa própria 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Projeto que muda cobrança de ICMS passa na Câmara 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Texto-base que muda ICMS de combustível passa na Câmara . . . 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Os grandes bancos e suas tarifas abusivas - CELSO MING . . . 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
No FMI, Guedes diz que país vai começar a vacinar vizinhos . . . 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA
Alcolumbre reage a pressão e sinaliza que manterá indicação ao STF na gaveta . . . 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Em importante polo agrícola, fome e favelização avançam . . . 38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Selic deve subir 1 ponto percentual a cada reunião do Copom, afirma diretor do BC . . . 40

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
ECONOMIA
África consegue avançar mais que Brasil no combate à fome e miséria . . . 41

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Descompasso com o mundo (Editorial) . . . 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Sem solução para Bolsa Família, cresce a pressão para renovar auxílio emergencial . . . 44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Estagnação à vista: o que fazer? - RAUL VELLOSO . . . 46

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA
Quadro fiscal é a principal causa do crescimento pífio (Editorial) . . . 47

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Brasil está pior do que o mundo - MÍRIAM LEITÃO . . . 48

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Dívida global atinge o recorde de US$ 226 tri, aponta FMI . . . 49

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Atuação do BC faz dólar fechar em queda, a R$ 5,50 . . . 50

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Fundo reduz estimativa, mas ainda vê dívida pública superior a 90% do PIB . . . 51

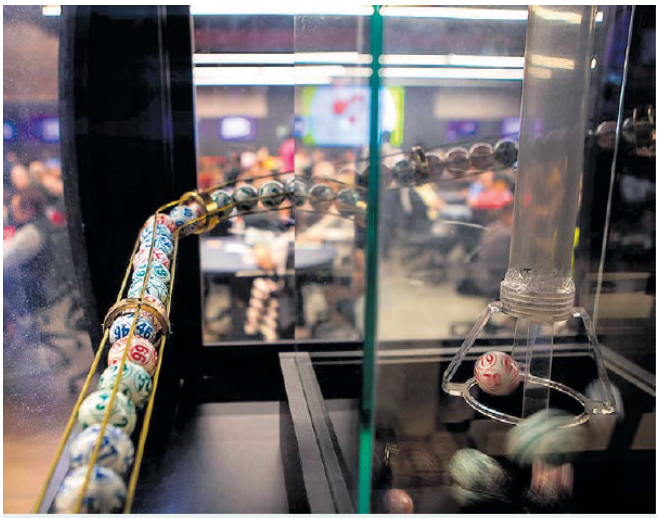
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Parecer à PEC limita precatórios a serem emitidos pela Justiça 52

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA
Mendonça estará no STF em breve, diz Bolsonaro 53

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA
Tema da privatização ressurge 54

Liberação de jogos de azar opõe Centrão a evangélicos



Lauriberto Pompeu / BRASÍLIA

Congresso sobre a legalização de jogos de azar colocou em campos opostos dois dos principais grupos aliados do governo Jair Bolsonaro. De um lado, o Centrão age para aprovar uma proposta ampla, que inclui a liberação até jogo do bicho, sob a justificativa de que vai favorecer a economia e promover o turismo.

Do outro, evangélicos dizem que o vício em jogos prejudica famílias e contraria valores que eles defendem.

O Palácio do Planalto evita se posicionar sobre o assunto, mas o filho mais velho do presidente da República, o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), é um dos defensores de tornar a jogatina legal no País.

Os jogos de azar são proibidos no Brasil desde 1946, quando o então presidente Eurico Gaspar Dutra afirmou que a "tradição moral, jurídica e religiosa" do País não combinava com a prática, além de considerá-los "nocivos à moral e aos bons costumes". Desde então, diversas propostas foram apresentadas para legalizar a jogatina, mas nenhuma avançou.

Um dos líderes do Centrão, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), decidiu tentar novamente e criou, no mês passado, um grupo de trabalho para discutir um projeto sobre o tema. Ele escalou como relator o deputado Felipe Carreras (PSB-PE), seu aliado, e pretende levar a proposta a votação em plenário em novembro.

O ponto de partida do texto de Carreras é um projeto aprovado em comissão especial da Câmara em 2016, mas que nunca teve a votação no plenário marcada.

A proposta regulamenta as atividades de cassinos em resorts, máquinas caça-níqueis, apostas online, bingos e jogo do bicho, além de uma anistia geral, extinguindo processos judiciais em tramitação. Hoje, explorar essas atividades é considerado contravenção, com pena de até um ano de prisão.

Segundo Carreras, embora o projeto seja amplo e inclua o jogo do bicho, seu foco será liberar os cassinos integrados a resorts.

"Tem instrumento de fiscalizar e arrecadar. Qual a consequência disso? Gerar emprego formal. Quando traz (para o Brasil) os grandes cassinos integrados de resorts do mundo, você tem um produto turístico. Espanha, França, Itália, Alemanha, Portugal, Reino Unido, Canadá, México têm (cassinos)", afirmou o relator.

Ao mesmo tempo em que Lira acelera a discussão na Câmara, o Senado também analisa pelo menos três projetos sobre jogos de azar. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEMMG), declarou há duas semanas que pode colocar um deles em votação caso haja acordo.

Sob relatoria do senador Ângelo Coronel (PSD-BA), uma das propostas se limita a regulamentar a abertura de cassinos em hotéis. Segundo Coronel, a liberação

desses empreendimentos poderia gerar uma arrecadação de R$ 30 bilhões por ano ao País. O cálculo tem como base a participação que os jogos têm na economia da Itália e considera que a tributação sobre eles no Brasil seria similar à aplicada hoje na aposta esportiva.

"Na Itália, em torno de 1,3% do **PIB** é fruto do jogo. Se tomarmos como base a Itália, a receita para os entes federados (do Brasil) ficará em torno de R$ 30 bilhões com tributação similar à esportiva bancada pela Caixa Econômica Federal", disse.

Coronel tem a seu favor o lobby de Flávio Bolsonaro. No início do ano passado, o filho do presidente visitou cassinos em Las Vegas, acompanhado do então presidente da Embratur e hoje ministro do Turismo, Gilson Machado, e do senador Irajá Abreu (PSD-TO), que também é autor de um projeto que prevê cassinos em resorts. Na ocasião, o grupo se reuniu com Sheldon Adelson, um apoiador de Donald Trump que comandava a Las Vegas Sands, uma das maiores empresas do mundo do ramo de cassinos. Adelson também se encontrou em 2018 com Bolsonaro, então presidente eleito, e com o ministro da Economia, Paulo Guedes. O americano morreu em janeiro deste ano.

Apesar do lobby do filho, Bolsonaro tem dito que, caso a legalização dos jogos seja aprovada, vetará a medida, mas deixou aberta a possibilidade de sua decisão não ser a final. "Eu acho que vai ter mais a perder do que a ganhar no momento. Se, porventura, aprovar, tem o meu veto, que é natural, e depois o Congresso pode derrubar o veto.

Sim, o que está sendo discutido até o momento contará com o meu veto. Ponto final", afirmou o presidente à revista Veja no fim de setembro.

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (Progressistas-PR), disse, porém, que não há posição oficial do Planalto sobre o tema. "Depende da abrangência", afirmou ele em relação ao apoio ou ao veto do governo à iniciativa.

"Princípios". A bancada evangélica diz que não medirá esforços para evitar que a legalização dos jogos de azar avancem. "Minha posição contrária à legalização dos jogos de azar continua a mesma, sou visceralmente contra, e, por se tratar de princípios, não mudará jamais", disse o deputado Marco Feliciano (Republicanos-SP), pastor evangélico e um dos congressistas mais próximos de Bolsonaro.

"Não falei sobre esse assunto com o presidente, porém, até onde o conheço, acredito que ele não seja a favor." Auditores fiscais também têm pressionado para que a iniciativa não seja aprovada. A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**Anfip**) divulgou nota no fim do ano passado segundo a qual "os efeitos deletérios resultantes da jogatina superam qualquer possível ganho econômico advindo da prática".

"Além de estimular atividades ilícitas como corrupção, prostituição, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, pode causar sérios danos à saúde, desencadeando doenças como a ludopatia - transtorno compulsivo patológico reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), causado pelo vício em jogos", afirmou a associação.

PROJETOS

Câmara dos Deputados Substitutivo ao Projeto de Lei 442/1991 Legaliza cassinos, jogo do bicho e bingos, anistia acusados de exploração ilegal de jogos de azar e extingue processos judiciais em tramitação. Parado desde 2016, serve de base para o grupo de trabalho montado por Arthur Lira.

Senado Projeto de Lei 186/2014 Libera e regulamenta cassinos, bingos e jogo do bicho. De autoria do hoje ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (Progressistas-PI), foi rejeitado pela CCJ em 2018, mas ainda pode ser analisado pelo plenário.

Projeto de Lei 4495/2020 Prevê a regulamentação do funcionamento de cassinos integrados a resorts. Projeto está pendente de análise pelo plenário do Senado - o relator da proposta ainda não apresentou seu parecer.

Projeto de Lei 2648/2019 Limita-se a regulamentar cassinos em resorts. Tramita em comissão da Casa e ainda não teve relatório apresentado.

Projeto de Lei 595/2015 Trata sobre a proteção ambiental e a promoção do ecoturismo por meio da gestão compartilhada com hotéis autorizados a explorar jogos de apostas. E cria um imposto sobre a operação de hotéis-cassino. Está parado em comissão desde 2018.

PARA LEMBRAR

Divergências entre ministros

Os ministros do governo Jair Bolsonaro também têm posições antagônicas sobre a legalização de jogos de azar no País. Na reunião ministerial de 22 de abril de 2020, que foi divulgada após decisão do então decano do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, os ministros Paulo Guedes (Economia) e Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) e o ex-titular do Turismo Marcelo Álvaro Antonio trocaram

críticas por causa do assunto.

"Eu acredito que pode ser, nesse processo da retomada, uma grande oportunidade para o Brasil atrair grandes complexos, dos quais apenas 3% são utilizados para os cassinos.

E outra, isso não tem impacto diretamente nenhum na família dos trabalhadores brasileiros", disse o exministro do Turismo na ocasião.

Evangélica, Damares rebateu: "Pacto com o diabo!" Guedes defendeu a ideia de legalizar cassinos. "Aquilo ali não atrapalha ninguém. O presidente fala em liberdade. Deixa cada um se f... do jeito que quiser. Principalmente se o cara é maior, vacinado e bilionário.

Lá não entra nenhum brasileirinho desprotegido.

Entendeu?", declarou.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Liberação do jogo opõe Centrão a evangélicos

A discussão sobre a legalização de jogos de azar avança no Congresso com apoio do Centrão. Evangélicos são contra. O Palácio do Planalto evita se posicionar, mas o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-rj) defende a medida.

O avanço das discussões no Congresso sobre a legalização de jogos de azar colocou em campos opostos dois dos principais grupos aliados do governo Jair Bolsonaro. De um lado, o Centrão age para aprovar uma proposta ampla, que inclui a liberação até jogo do bicho, sob a justificativa de que vai favorecer a economia e promover o turismo. Do outro, evangélicos dizem que o vício em jogos prejudica famílias e contraria valores que eles defendem.

O Palácio do Planalto evita se posicionar sobre o assunto, mas o filho mais velho do presidente da República, o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-rj), é um dos defensores de tornar a jogatina legal no País.

Os jogos de azar são proibidos no Brasil desde 1946, quando o então presidente Eurico Gaspar Dutra afirmou que a "tradição moral, jurídica e religiosa" do País não combinava com a prática, além de considerá-los "nocivos à moral e aos bons costumes". Desde então, diversas propostas foram apresentadas para legalizar a jogatina, mas nenhuma avançou.

Um dos líderes do Centrão, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-al), decidiu tentar novamente e criou, no mês passado, um grupo de trabalho para discutir um projeto sobre o tema. Ele escalou como relator o deputado Felipe Carreras (PSB-PE), seu aliado, e pretende levar a proposta a votação em plenário em novembro.

O ponto de partida do texto de Carreras é um projeto aprovado em comissão especial da Câmara em 2016, mas que nunca teve a votação no plenário marcada. A proposta regulamenta as atividades de cassinos em resorts, máquinas caça-níqueis, apostas online, bingos e jogo do bicho, além de uma anistia geral, extinguindo processos judiciais em tramitação. Hoje, explorar essas atividades é considerado contravenção, com pena de até um ano de prisão.

Segundo Carreras, embora o projeto seja amplo e inclua o jogo do bicho, seu foco será liberar os cassinos integrados a resorts. "Tem instrumento de fiscalizar e arrecadar. Qual a consequência disso? Gerar emprego formal. Quando traz (para o Brasil) os grandes cassinos integrados de resorts do mundo, você tem um produto turístico. Espanha, França, Itália, Alemanha, Portugal, Reino Unido, Canadá, México têm (cassinos) ", afirmou o relator.

Ao mesmo tempo em que Lira acelera a discussão na Câmara, o Senado também analisa pelo menos três projetos sobre jogos de azar. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEMMG), declarou há duas semanas que pode colocar um deles em votação caso haja acordo.

Sob relatoria do senador Ângelo Coronel (PSD-BA), uma das propostas se limita a regulamentar a abertura de cassinos em hotéis. Segundo Coronel, a liberação desses empreendimentos poderia gerar uma arrecadação de R$ 30 bilhões por ano ao País. O cálculo tem como base a participação que os jogos têm na economia da Itália e considera que a tributação sobre eles no Brasil seria similar à aplicada hoje na aposta esportiva. "Na Itália, em torno de 1,3% do **PIB** é fruto do jogo. Se tomarmos como base a Itália, a receita para os entes federados (do Brasil) ficará em torno de R$ 30 bilhões com tributação similar à esportiva bancada pela Caixa Econômica Federal", disse.

Coronel tem a seu favor o lobby de Flávio Bolsonaro. No início do ano passado, o filho do presidente visitou cassinos em Las Vegas, acompanhado do então presidente da Embratur e hoje ministro do Turismo, Gilson Machado, e do senador Irajá Abreu (PSD-TO), que também é autor de um projeto que prevê cassinos em resorts. Na ocasião, o grupo se reuniu com Sheldon Adelson, um apoiador de Donald Trump que comandava a Las Vegas Sands, uma das maiores empresas do mundo do ramo de cassinos. Adelson também se encontrou em 2018 com Bolsonaro, então presidente eleito, e com o ministro da Economia, Paulo Guedes. O americano morreu em janeiro deste ano.

Apesar do lobby do filho, Bolsonaro tem dito que, caso a legalização dos jogos seja aprovada, vetará a medida, mas deixou aberta a possibilidade de sua decisão não ser a final. "Eu acho que vai ter mais a perder do que a ganhar no momento. Se, porventura, aprovar, tem o meu veto, que é natural, e depois o Congresso pode derrubar o veto. Sim, o que está

sendo discutido até o momento contará com o meu veto. Ponto final", afirmou o presidente à revista Veja no fim de setembro.

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (Progressistas-pr), disse, porém, que não há posição oficial do Planalto sobre o tema. "Depende da abrangência", afirmou ele em relação ao apoio ou ao veto do governo à iniciativa.

'Princípios'. A bancada evangélica diz que não medirá esforços para evitar que a legalização dos jogos de azar avancem. "Minha posição contrária à legalização dos jogos de azar continua a mesma, sou visceralmente contra, e, por se tratar de princípios, não mudará jamais", disse o deputado Marco Feliciano (Republicanos-sp), pastor evangélico e um dos congressistas mais próximos de Bolsonaro. "Não falei sobre esse assunto com o presidente, porém, até onde o conheço, acredito que ele não seja a favor."

Auditores fiscais também têm pressionado para que a iniciativa não seja aprovada. A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**Anfip**) divulgou nota no fim do ano passado segundo a qual "os efeitos deletérios resultantes da jogatina superam qualquer possível ganho econômico advindo da prática".

"Além de estimular atividades ilícitas como corrupção, prostituição, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, pode causar sérios danos à saúde, desencadeando doenças como a ludopatia - transtorno compulsivo patológico reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), causado pelo vício em jogos", afirmou a associação.

Site: http://www.correiodopovo-al.com.br/geral/liberacao-do-jogo-opoe-centrao-a-evangelicos

Receita limita isenção de fundos patrimoniais

Bárbara Pombo De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187032?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187032?page=1&section=1

STF decide que pensões especiais são inconstitucionais

O Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu por unanimidade o voto do ministro Ricardo Lewandowski, que considerou inconstitucional o pagamento de pensões especiais em Goiás. Para o magistrado, o Estado invadiu a competência da União ao legislar sobre **seguridade social**. Goiás gasta, atualmente, R$ 3,7 milhões por ano com o benefício. O ministro do STF deu um mês para que ele deixe de ser pago.

As pensões especiais foram regulamentadas em Goiás por meio da lei 11.280/1990, que recebeu alterações em 1991 e em 2013. A norma permite a concessão do benefício a quem tenha renda menor que um salário mínimo ou seja portador de doença ou necessidade especial que o impossibilite ou dificulte o exercício de qualquer atividade.

Além disso, para que essas pessoas sejam beneficiadas, elas precisam ter prestado "relevantes serviços" ao Estado ou a determinada comunidade local. Os seus dependentes também podem ter direito à pensão. A escolha de quem vai ser contemplado é feita, exclusivamente, pelo governador de Goiás. Sem critérios objetivos, a medida contempla quem não contribuiu com a Previdência.

Atualmente, os R$ 3,7 milhões são gastos, por ano, com 174 pensionistas. Os salários variam de R$ 700 a R$ 21,3 mil, de acordo com o Portal da Transparência. Em 2015, o procurador de Contas de Goiás Fernando Carneiro protocolou uma representação pela inconstitucionalidade do benefício na Procuradoria Geral da República (PGR). Na época, ele destacou que a medida acabava beneficiando ex-políticos e seus beneficiários.

Em setembro do ano passado, o procurador-geral da República, Augusto Aras, propôs uma ação direta de inconstitucionalidade no STF para derrubar o benefício. Na época, ele considerou que dar essa autonomia para o governador definir os beneficiados poderia "propiciar desvios de finalidade da norma, em ofensa aos princípios republicano, da igualdade, da moralidade e da impessoalidade".

Para Aras, as normas que regulamentam o benefício, sob poder do governador, "mais se assemelham a benefícios concedidos por monarcas". Ele ainda completou: "Benesses dessa natureza, aliás, costumam ter destinatários certos e determináveis, o que, ademais, implica contrariedade ao princípio da impessoalidade".

Relator da ação, Lewandowski acolheu o entendimento pela inconstitucionalidade das normas, a começar pela invasão da competência da União. O ministro também argumenta que o benefício não é concedido a uma categoria profissional específica.

Ele ainda reforça que a forma com que o texto define quem pode receber a pensão especial, sem critérios específicos, abre "margem para concessões arbitrárias". Para o ministro, o benefício é "infundado, sem sentido e destituído de justificativa razoável, visto que não prestigia nenhum valor, interesse público ou projeto de relevância social deduzível do texto constitucional".

No voto, o ministro destaca ainda que o texto é tão genérico que não especifica como serão conferidos os tais "relevantes serviços" prestados pelos contemplados. Para Lewandowski, esses critérios são "vagos" e "imprecisos".

Ele deu um mês para a suspensão do pagamento do benefício. O POPULAR procurou a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), mas não recebeu resposta até o fechamento desta edição.

Pacheco espera solução em breve

A indicação de André Mendonça para o Supremo Tribunal Federal (STF) deve ser analisada nas próximas semanas, afirmou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). De acordo com o parlamentar, a realização da sabatina do ex-advogado-geral da União é fundamental "por se tratar de fato de uma prerrogativa do presidente da República e uma atribuição constitucional do Senado Federal de fazer a avaliação".

Pacheco disse esperar a solução do impasse com o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (DEM-AP), por meio do diálogo e contando com a "compreensão recíproca de todos", conforme afirmou em entrevista à Rádio CNN. "Eu acredito muito que o presidente da CCJ, senador Davi Alcolumbre, possa realizar na CCJ um esforço concentrado para as indicações que lá estão pendentes, assim como as demais comissões, e o Senado Federal, no plenário, também designar um esforço concentrado com a presença de todos os senadores para que haja votação secreta e individual dessas indicações, inclusive a indicação do ministro do Supremo", acrescentou.

A recusa de Alcolumbre em marcar a sabatina tem causado desconforto dentro do Senado, com sinalizações de que pode haver uma paralisação das votações na Casa, caso o assunto não seja pautado em breve. Sobre o tema, Pacheco afirmou que o Brasil passa por "problemas gravíssimos" e que o Senado não pode sofrer uma paralisação como uma retaliação a um atraso da CCJ.

"O auxílio emergencial já está se esgotando sem que haja a concretização de um novo programa social no país, a elevação do preço dos combustíveis, há uma **reforma tributária** pendente", listou o parlamentar. "Então, obviamente, nós não podemos paralisar a pauta do Senado por conta de um episódio dessa natureza."

Guedes pede apoio a investidor

Enquanto o presidente Jair Bolsonaro declara que não pretende se vacinar, o ministro da Economia, Paulo Guedes, em Washington, tenta convencer investidores estrangeiros de que o país está comprometido com o combate à pandemia da covid-19. O tema é uma das principais preocupações entre os participantes do evento anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), que ocorre nesta semana na capital dos Estados Unidos.

"A vacinação é nossa prioridade número um", disse Guedes, ontem, durante entrevista concedida ao canal do Atlantic Council, um think tank norte-americano de relações internacionais, pedindo que os investidores confiem no país.

De acordo com o ministro, a segunda prioridade é reduzir a desigualdade e a terceira, apesar de o presidente não defender da mesma forma, combater as mudanças climáticas. "Todo mundo está preocupado. Está chovendo muito pouco no Brasil e a energia está ficando cara, porque utilizamos muito a matriz hidrelétrica", disse.

Em relação ao combate à pobreza e à desigualdade, o ministro relatou a experiência do auxílio emergencial concedido a 68 milhões de brasileiros no ano passado. Contudo, não comentou sobre o Auxílio Brasil, programa que deve substituir o Bolsa Família, mas não encontra espaço fiscal no Orçamento de 2022. E evitou mencionar o desemprego no país, que continuam acima de 14%.

Na entrevista, Guedes voltou a criticar o FMI, que reduziu de 1,9% para 1,5% a previsão de crescimento do **PIB** brasileiro em 2022. "Eles erraram antes e vão errar de novo", afirmou, lembrando que, em 2020, o Fundo previa queda de 9,7%, e a retração foi de 4,1%.

De acordo com o ministro, o governo está conseguindo avançar na agenda de reformas e privatizações. "Acredito que até o fim deste ano teremos a **reforma tributária** aprovada. E a confirmação da privatização dos Correios e da Eletrobras", disse.

O ministro também minimizou os riscos fiscais e voltou a citar dados de queda nas despesas em relação ao **PIB**. Para especialistas, contudo, os números estão inflados com perspectivas otimistas do governo, que prevê crescimento de 2,5% no ano que vem e **inflação** bem abaixo do que as projeções do mercado.

Guedes teve uma agenda cheia em Washington e procurou falar das oportunidades de investimento no país em diversas áreas, como defesa, saneamento básico e ferrovias.

"O Brasil é o quarto maior recebedor de investimento estrangeiro", disse, citando os primeiros: Estados Unidos, China e Cingapura. "Estamos abertos para negócios e estamos fazendo o dever de casa. Há muito ruído político dizendo que não preservamos florestas, mas já vacinamos mais pessoas do que os Estados Unidos", disse. (RH)

BC segura o dólar

O Banco Central atuou para frear a cotação do dólar, que chegou, ontem, no meio da tarde, a ser negociado a R$ 5,57, maior patamar em seis meses. O BC despejou US$ 1 bilhão no mercado por meio de uma venda surpresa de 20 mil contratos de swap cambial tradicional (injeção da moeda americana no mercado futuro). Com isso, fez o real se valorizar - naquele momento era a divisa que mais derretia no mercado global. No fim do dia, o dólar fechou em queda de 0,51%, a R$ 5,509 na venda. O Ibovespa, índice que mede o desempenho das principais ações da Bolsa de São Paulo (B3), subiu 1,14%, para 113.456 pontos.

Os improvisos na reforma tributária (Artigo)

Fernando Facury Scaff, Professor titular do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário e presidente da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP

Existe uma febre reformista no atual governo, que pensa em refundar o Brasil no curto período de um mandato presidencial. Isso é dar o quanto à **reforma tributária**. Tramitam no Congresso ao mesmo tempo projetos sobre a tributação do consumo (PEC 45 e PEC 110, criação do IBS), projeto visando a unificação do PIS e da Cofins (PL 3887/20, criação da CBS) e, mais recentemente, foi apresentado um outro reformando a tributação sobre a renda (PL 2337/21). Este já foi aprovado na Câmara, transformando a projeção inicial de aumento da carga tributária de R$ 6 bilhões para uma redução de vários bilhões, ora sob análise do Senado.

É muito improviso ao mesmo tempo. Não há dúvida de que precisamos de uma **reforma tributária** com "R" maiúsculo, e não o amontoado de projetos desengonçados, fracionados e descosturados que vêm sendo apresentados. Determinada ideia pode se sagrar vencedora em um projeto, e ser conflitante em outro, aumentando a colcha de retalhos de nosso sistema tributário, que é um dos principais custos em qualquer país.

Modificar o sistema tributário não deve buscar apenas aumentar a arrecadação, mas também o desenvolvimento socioeconômico, o que se conjuga cornos objetivos ESG ("Enviromental, Social and Governance"). Deve tornar o sistema mais simples, mais eficiente e fiscalmente mais justo, adaptado aos sistemas mun diais e também à economia digital e cada vez mais globalizada. Se possível, com redução da carga tributária, ou, pelo menos, sua melhor distribuição na sociedade, e com respeito ao federalismo traçado na Constituição Federal de 1988. Logo, o uso de critérios extra fiscais é necessário e urgente. Nada disso está presente nos projetos em debate.

Nem adianta tentar reformá-los durante os debates parlamentares, pois permanecerão como projetos isolados, que não dialogam entre si. É necessário engavetar esses projetos de **reforma tributária** em trâmite e começar do zero, de forma global e sem urgências eleitorais.

Constata-se que as diversas propostas de **reforma tributária** apresentadas desde 1988 fracassaram, pois deixaram de lado os problemas financeiros interligados nessa análise, tal como as dívidas entre a União e os Estados e a correta identificação das despesas de responsabilidade de cada ente federado. É necessário pensar de forma global o problema tributário, que é uma das pernas do financiamento do Estado.

Para tanto, seria adequado instalar desde já no Congresso uma comissão de especialistas para uma reforma financeira federativa, da qual sairiam interligadas propostas para futura deliberação parlamentar nestes três âmbitos: tributação, dívida e despesa pública, de modo que se tenha um projeto para ser discutido em 2023, com o futuro Congresso a ser eleito em 2022.

Já foi dito que os males do Brasil são muita saúva e pouca saúde. No âmbito tributário pode-se afirmar que os males são a pressa para atender agendas eleitorais e o isolamento da análise tributária, sem olhar todo o complexo problema financeiro em que estamos envolvidos.

[...] Seria adequado instalar desde já no Congresso uma comissão de especialistas para uma reforma financeira federativa, da qual sairiam interligadas propostas para futura deliberação parlamentar nestes três âmbitos: tributação, dívida e despesa pública, de modo que se tenha um projeto para ser discutido em 2023, com o futuro Congresso a ser eleito em 2022

Fernando Facury Scaff, Professor titular do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário e presidente da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49698

Total de favelas dobra no Brasil em dez anos e 20 milhões passam fome

Fernando Canzian

Quase 20 milhões de brasileiros, um Chile, declaram passar 24 horas ou mais sem ter o que comer em alguns dias. Mais 24,5 milhões não têm certeza de como se alimentarão no dia a dia e já reduziram quantidade e qualidade do que comem. Outros 74 milhões vivem inseguros sobre se vão acabar passando por isso.

No total, mais da metade (55%) dos brasileiros sofriam de algum tipo de insegurança alimentar (grave, moderada ou leve) em dezembro de 2020, segundo levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan).

O inquérito, conduzido pelas pesquisadoras que validaram no país a Escala Brasileira de Segurança Alimentar usada pelo IBGE, procurou dar sequência a levantamentos do órgão estatal, feitos a cada quatro anos, como anexo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

Realizada em 1.662 domicílios urbanos e 518 rurais, a pesquisa trouxe esses números antes do repique inflacionário dos últimos meses -que deve ter agravado o quadro.

Em setembro, o índice de difusão do IPCA para alimentos, que mostra o percentual de itens com aumentos, estava em 64%. Em 2019, quando a **inflação** equivalia a menos da metade da atual, a difusão nos alimentos era pouco superior a 50% -fato que não limitava tanto a opção pela substituição de produtos.

Segundo pesquisa Datafolha para o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, desde o início da pandemia os brasileiros vêm comendo mais alimentos ultraprocessados e baratos. Os adultos na faixa dos 45 a 55 anos foram os que mais aumentaram esse tipo de consumo, passando de 9% para 16%.

Dados do IBGE mostram que a insegurança alimentar caía no Brasil desde 2004, mas voltou a subir em todas as suas formas a partir de 2014, na esteira da forte recessão de 2015-2016, que encolheu o **PIB** em 7,2%.

Desde então, com o Brasil atravessando uma crise fiscal aguda, a pandemia e o governo Jair Bolsonaro (sem partido) deteriorando expectativas com arroubos autoritários, o crescimento médio da economia tem sido medíocre.

Nesse cenário, a criação de empregos informais e pior remunerados prevalece e achatou a renda dos mais pobres. Em seus domicílios, quase toda a renda é gasta em alimentos, transporte e moradia.

Desde 2014, segundo a FGV Social, o rendimento domiciliar real per capita do trabalho caiu de R$ 249 mensais para R$ 172, em média, na metade mais pobre do Brasil. Como trata-se só da renda do trabalho, muitos desses domicílios podem ter outros rendimentos, como da Previdência ou do Bolsa Família -mas a queda dá a dimensão do aperto orçamentário dos últimos anos.

A **inflação** oficial acumulada entre o fim de 2014 e setembro passado foi de 47,5%; e o valor do dólar mais do que dobrou, com impacto direto no preço dos alimentos e custos de produção, como de fertilizantes importados.

Embora o Brasil seja um dos maiores produtores globais de soja, carne e milho, esses produtos são commodities, com preços negociados em dólar -moeda em que muitos brasileiros mais ricos têm se refugiado neste momento de incerteza política, econômica e fiscal, pressionando sua cotação.

Quando o dólar sobe, as commodities ficam mais caras, pelo aumento do preço da moeda americana e pela diminuição interna da oferta de produtos, que passam a ser exportados em maior quantidade.

Nas regiões mais pobres do Norte e Nordeste, a fome (insegurança grave) chega a afetar 18% e 14% dos domicílios, respectivamente, ante média nacional de 9%. No Centro-Oeste, polo produtor do agronegócio, mais de um terço das famílias sofre de insegurança leve.

"Antes mesmo da pesquisa, esperávamos o agravamento do quadro. Mas não que fosse tão profundo", diz Renato Mafuf, coordenador da Rede Penssan, que repetirá o levantamento neste ano,

ampliando-o para quase 7.000 domicílios.

Maluf diz que se por um lado a pandemia refluiu e está permitindo a volta do trabalho informal, melhorando um pouco a renda, a **inflação** acelera desde o final de 2020, impedindo avanço significativo nas condições alimentares dos pobres.

Para Daniel Balaban, do United Nations World Food Programme (programa mundial de alimentos da ONU), ao contrário de muitos países africanos, o Brasil não promoveu mudanças em sua estrutura tributária, que onera demasiado o consumo com **impostos** como o ICMS.

A **reforma tributária** em tramitação no Congresso não prevê alterar isso. Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, a carga de **impostos** sobre alimentos no Brasil equivale a 22,5%, ante 6,5% na média mundial.

"A tributação sobre o consumo é uma das mais injustas, porque os pobres consomem toda a sua renda no dia a dia. Temos que modificar isso, para que os mais ricos contribuam mais via Imposto de Renda", afirma Balaban. "Quando defendemos isso, não queremos que todos sejam iguais, mas que ninguém morra de fome."

O representante da ONU defende que o Brasil siga o exemplo de outros países que têm progredido no combate à fome ampliando o crédito a pequenos e médios produtores de alimentos.

Na contramão, o presidente Bolsonaro vetou em setembro projeto de lei que criava medidas de amparo à agricultura familiar até 31 de dezembro de 2022, com a transferência de até R$ 3.500 por família beneficiária do Fomento Emergencial de Inclusão Produtiva Rural.

O governo justificou o veto dizendo que a proposta não trazia "estimativa do impacto orçamentário e financeiro".

Para Marcelo Neri, diretor da FGV Social, a insegurança alimentar acompanhou de perto a variação da extrema pobreza, também em alta, e o enxugamento do gasto social.

"Enquanto o período entre 2004 e 2013 foi marcado pela expansão de programas focalizados de transferência de renda, nos anos mais recentes fizemos um ajuste fiscal nos pobres, desidratando o Bolsa Família", afirma.

Com piora em todos os anos desde 2014, a pobreza extrema no Brasil (renda domiciliar per capita inferior a R$ 261, pelo critério da FGV Social) atinge hoje 27,4 milhões de pessoas, quase uma Venezuela.

Nesse percurso, o último reajuste no valor médio dos benefícios do Bolsa Família ocorreu em julho 2018. Desde então, a **inflação** oficial medida pelo IPCA acumula alta de 18% -sendo até maior para a baixa renda.

No início do governo Bolsonaro, o valor da cesta básica em São Paulo calculado pelo Procon-SP e o Dieese equivalia a 71% do salário mínimo. No fim de agosto, chegou a 98%. No período, os produtos da cesta aumentaram 52%. O salário mínimo, 10,2%.

Mirando a eleição de 2022, Bolsonaro quer agora mudar o Bolsa Família, que passaria a se chamar Auxílio Brasil, incluiria mais beneficiários e teria um valor médio de R$ 300, ante os R$ 190 atuais.

Além do aumento na insegurança alimentar, o alto desemprego e a queda da renda nos últimos anos fez explodir o número de favelas no Brasil. Em dez anos, elas mais que dobraram em número e presença nas cidades brasileiras.

Segundo estimativa do IBGE, o total de "aglomerados subnormais" (favelas, palafitas, etc.) saltou de 6.329 em 323 municípios para 13.151 em 734 cidades de 2010 a 2019.

Caracterizadas por padrão urbanístico irregular e falta de saneamento básico, as moradias nessas condições aumentaram de 3,2 milhões para 5,1 milhões no período.

Os dados de 2010 são do Censo e os de 2019 foram estimados pelo IBGE para subsidiar a operação do próximo Censo, em 2022, e distribuir o trabalho aos recenseadores. Depois do Censo, eles podem ser revistos.

Segundo essas projeções, um de cada quatro desses domicílios precários fica nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro; mas a proporção é bem maior em capitais como Belém (55,5% do total de residências), Manaus (53%) e Salvador (42%).

Além de viverem de forma precária, esses moradores sofrem com uma espécie de segregação urbana e "preconceito de CEP", que leva empresas de delirery e transporte por aplicativo a não atuar nessas comunidades, onde a oferta de serviços públicos também é precária.

"O Brasil está se tornando um país margeado por favelas. O que não podemos é chegar numa situação de não reversão, embora isso não esteja distante",

afirma Edu Lyra, ex-favelado e fundador do Instituto Gerando Falcões, ONG voltada à promoção social de crianças e adolescentes.

A favelização brasileira cresceu apesar de o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) ter construído cerca de 5 milhões de moradias entre 2009 e 2018, quando passou a ser desidratado.

No total, foram destinados cerca de R$ 230 bilhões em subsídios diretos e recursos do FGTS à iniciativa. Mas a velocidade do programa não acompanhou a crise econômica e a **inflação**, que empobreceram a sociedade.

Segundo a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional brasileiro em 2019 era de 5,8 milhões de moradias. Nesse total estavam incluídas cerca de 3 milhões de unidades onde residiam famílias comprometendo mais de 30% da renda com o aluguel -o chamado "ônus excessivo".

Com a pandemia e o aumento do desemprego, a favelização ganhou força, com mais pessoas buscando moradias baratas.

No Jardim Julieta, em São Paulo, uma ocupação do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) iniciada em 2020 e visitada pela Folha previa lotes de 4,5 metros por 9 metros. Mas a demanda foi tanta que eles foram encolhidos para 4,5 x 4,5 metros para acomodar mais famílias.

Com o MCMV substituído por Bolsonaro pelo Casa Verde e Amarela, o novo programa agora sofre com a falta de recursos e tem atualmente, segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional, cerca de 1.600 obras em andamento, com previsão de construir 230 mil unidades.

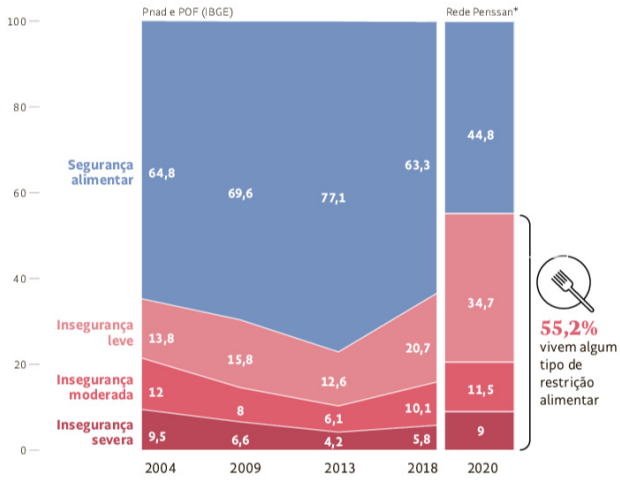
Para Ana Maria Castelo, especialista em construção civil no Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), enquanto durou, o MCMV foi importante porque teve previsibilidade orçamentária, permitindo às construturas desenvolver métodos e tecnologia para massificar e baratear as construções.

"Daqui em diante, será muito difícil um programa semelhante ter recursos em volume suficiente para dar continuidade a uma redução sustentada do déficit habitacional", afirma Castelo.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49698

Insegurança alimentar aumenta

Por faixa, em % da população



Segurança alimentar: capacidade normal de manter-se alimentado

Insegurança leve: incerteza quanto à capacidade de manter o padrão alimentar

Insegurança moderada: incerteza quanto à capacidade de manter o padrão alimentar, com quantidade e frequência reduzidas

Insegurança grave: não são consumidos alimentos em um dia inteiro ou mais

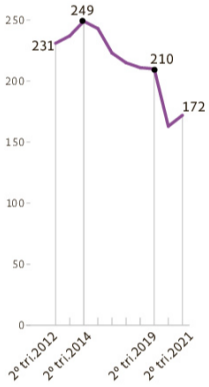
Regiões onde há mais fome

Insegurança grave, em % (2020)

*Pesquisa presencial da Rede Penssan entre 5 e 24.dez.20 em 1.662 domicílios urbanos e 518 rurais com a mesma metodologia do IBGE
Fonte: Pnad e POF (IBGE) e Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 da Rede Penssan (o trabalho foi conduzido pelas pesquisadoras que validaram a Escala Brasileira de Segurança Alimentar usada pelo IBGE)

Renda da metade mais pobre cai

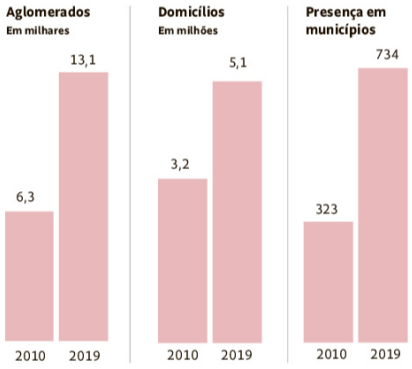
Rendimento real familiar per capita do trabalho, em R$



Fonte: FGV Social baseado nos microdados da PnadC

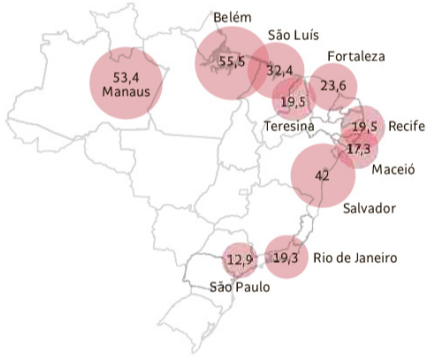
Total de favelas dobra em 10 anos*

Aglomerados e domicílios subnormais



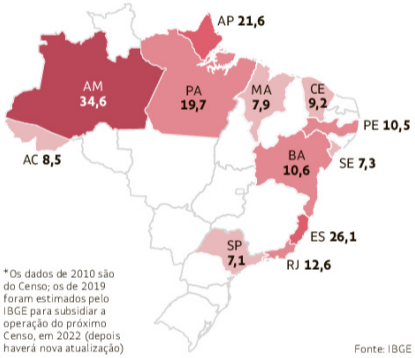
Capitais com mais favelados

Domicílios, em % do total



Estados com mais favelados

Domicílios, em % do total



*Os dados de 2010 são do Censo; os de 2019 foram estimados pelo IBGE para subsidiar a operação do próximo Censo, em 2022 (depois haverá nova atualização)

Fonte: IBGE

Desafio aceito: o que é possível fazer contra a inflação

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO -26/5/2021

Foco. Alta generalizada de preços foi definida por Bolsonaro em live como 'problema global'

Riscos. Condução de contas preocupa, diz Alessandra

LEO MARTINS/NEO INVESTIMENTOS

Turbulência. Devolver a previsibilidade às contas do governo faria com que o real se valorizasse, aposta Sobral

GABRIELA BILO/ ESTADÃO-8/6/2016

Revisão. Política econômica tem de mudar, defende Vale

ARMOR CAPITAL

Controle. 'É preciso elevar os juros acima do patamar neutro para desinflar a inflação acima da meta', diz Andrea

MAUA CAPITAL

MAUÁ CAPITAL

Prudência. Figueiredo e Ilhara esperam do governo federal políticas compatíveis com uma queda do endividamento

A **inflação**, que atingiu 10,25% no acumulado em 12 meses até setembro, é um dos principais desafios da economia brasileira.

Generalizada, a alta de preços deixa a população mais

pobre.

Masaavaliação queogoverno tem feito é de que se trata de uma situação quase inevitável.

Em sua mais recente live semanal, na quinta-feira passada, o presidente Jair Bolsonaro disse que a **inflação** é um problema global e convocou quem o critica a apresentar soluções.

O pedido veio acompanhado da tentativa de relativizar a carestiaque o Países enfrenta.Munido de uma extensa lista - de alimentosbásicosaopapelhigiênico -, mostrou que o americano paga mais pela batata, óleo de soja e carne, por exemplo, do que o brasileiro. "Está reclamando que está alto aqui? Lá também está. Essa crise é no mundo todo. Não é só no Brasil", afirmou, sem deixar de culpar pela disparada da **inflação** a políticado "fique emcasa", adotada por governadores e prefeitos para conter a pandemia.

Anteontem, em entrevista à CNN nos Estados Unidos, o ministroda Economia,Paulo Guedes, tambémafirmou que o problema da **inflação** é global, e que noBrasilmetade daalta dospreços está concentrada em energia e alimentos.

Realmente, há um aumento global da **inflação**, mas a situação é muito pior no Brasil. Enquanto a alta dos preços em 12 meses por aqui passa dos dois dígitos, a média nos 38 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 4,3%.

O Estadão ouviu seis economistas para responder ao pedidode Bolsonaro. Para eles, o governo teve papel fundamental no descontrole dos preços e pode ter também na retomada da normalidade - principalmente tratando as contas públicas com responsabilidade. A seguir, leia as receitas dos economistas para atacar a **inflação**.

O QUE OS ESPECIALISTAS DIZEM

Alessandra Ribeiro, economista e sócia da Tendências Consultoria

"Respeito às regras do jogo institucional"

A surpresa tem sido negativa quando se fala em **inflação** nas principais economias do mundo e especialmente no Brasil.

Há elementos que são comuns aos países, mas há fatores domésticos que potencializam a **inflação**, gerando custos importantes à sociedade brasileira, em especial nos segmentos de mais baixa renda. Muito poderia ter sido feito para se evitar esse quadro.

Parte dessa **inflação** decorre da pandemia e seus efeitos. No Brasil, há elementos específicos que potencializam a **inflação**: questões climáticas (estiagem e geada) e percepção de risco elevada diante do quadro fiscal e político/institucional.

A desconfiança em relação à sustentabilidade das contas públicas e à manutenção das regras do jogo do ponto de vista institucional elevam a percepção de risco dos agentes econômicos e consequentemente afetam a precificação de ativos financeiros, como a taxa de câmbio. Pelo canal do câmbio, o aumento dos preços é magnificado no mercado doméstico.

O real tem se mantido descolado de seus principais fundamentos.

A explicação é que há um componente de risco que os mercados embutem na precificação que não está sendo captado pelos modelos. Ou seja, com sinais e medidas de responsabilidade na condução das contas públicas e respeito às regras do jogo institucional uma boa parte da **inflação** poderia ter sido evitada.

-

Luciano Sobral, economistachefe da Neo Investimentos

"Compromisso com o teto de gastos"

A melhor ação de combate à **inflação** hoje ao alcance do presidente seria reforçar o compromisso com o teto de gastos constitucional, após a modificação necessária para acomodar os pagamentos de precatórios no ano que vem.

Isso implicaria limitar o aumento dos programas sociais ao espaço aberto sob o teto de acordo com o atual conteúdo da PEC em tramitação na Câmara dos Deputados.

Devolver a previsibilidade às contas do governo até as eleições provavelmente faria com que o real se valorizasse significativamente, automaticamente reduzindo o preço dos produtos que têm cotação em dólar (combustíveis, boa parte dos alimentos e outros bens industrializados) e aliviando a **inflação**. O preço atual em dólares do barril de petróleo (cerca de US$ 83) está no mesmo patamar que em setembro de 2018; só temos hoje a gasolina mais cara da história porque a taxa de câmbio, que era R$ 4,05 por dólar à época, hoje está em R$ 5,50, em grande medida por conta da turbulência política e fiscal causada pelo próprio governo.

Outro benefício dessa ação seria facilitar a tarefa do

Banco Central de controlar as expectativas de **inflação** para 2022 e 2023. Com o câmbio mais valorizado e a manutenção do regime fiscal, o BC poderia elevar menos a taxa Selic, o que contribuiria para um custo menor de rolagem da dívida e, aos olhos do mercado, menor probabilidade de uma saída inflacionária para o pagamento dos títulos.

-

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados

'Colocar foco em reformas relevantes'

Antes de mais nada, vale relembrar que o Banco Central está sozinho no combate à **inflação**.

O País passa por um processo de estagflação com **inflação** na casa de 18% projetados no acumulado de 2020 a 2022 e queda de Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita da ordem de 1,3% no mesmo período.

A pandemia causou impactos importantes na economia, e a saída passa pelo controle da **inflação** junto com condições para o crescimento.

Para isso, nada melhor do que o governo mudar radicalmente sua política econômica, focando em reformas relevantes e específicas: juntar a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 45 e a PEC 110 da **reforma tributária** de bens e serviços, com discussões já avançadas em ambas as casas.

Além isso, abandonar a reforma do Imposto de Renda como está atualmente; assim como encaminhar a regulamentação do artigo 41 da Constituição que versa sobre a avaliação periódica de desempenho do servidor público.

Isso ajudaria no crescimento e na produtividade e reverteria parte da depreciação cambial do real.

No mais, o governo deveria ter sinalizado à população um ajuste de consumo de energia, o que poderia ter diminuído a necessidade de aumentar as tarifas no patamar a que se chegou.

Nada disso ocorrerá, entretanto, e o culpado seguirá sendo o governo.

-

Andrea Damico, economistachefe da Armor Capital

'Política monetária convencional'

A forma mais eficiente de combater a **inflação**, em minha visão, é a política monetária convencional, ou seja, a elevação dos juros acima do patamar neutro para desinflar a **inflação** que se encontra acima da meta. É relevante o Banco Central zelar pelo controle das expectativas de **inflação** para evitar que os mecanismos inerciais presentes na economia brasileira perpetuem a **inflação** mais elevada.

É bem verdade que a economia brasileira enfrenta um grande número de choques de custos: alimentos, combustíveis, energia e demais insumos (assim como em outras regiões do globo), mas, por mais que não seja adequado combater o impacto primário desses choques de oferta, cabe ao BC evitar que os efeitos secundários desses choques apareçam.

A **inflação** persistente de serviços e núcleos sugere que os efeitos secundários dos choques primários estão ocorrendo e demandam da autoridade monetária a elevação de juros para patamar acima do neutro.

O BC tem sugerido que o patamar de juro básico adequado seria contracionista, o que em nossa visão implica juros acima do cenário base de 8,5%.

Acreditamos que a Selic irá a 9,5% para combater efeitos secundários dos choques, inércia e promover a desinflação da economia e retorno para a trajetória das metas de **inflação**.

Não acreditamos em políticas do lado da oferta para combater a **inflação** a saber: redução de **impostos**, controle de preços e ou redução e ou congelamento de preços.

-

Luiz Fernando Figueiredo e Rafael Ihara, CEO e economistachefe da Mauá, respectivamente

'Evitar auxílios insustentáveis e populistas'

Um dos principais fatores que pressionam a **inflação** é a alta do dólar, principalmente por conta das commodities (matérias- primas cotadas em dólar).

Quando elas sobem no mercado internacional, a moeda aprecia como consequência, o que reduz os efeitos inflacionários.

Não foi o que aconteceu com o Brasil, pelo contrário, por conta das incertezas políticas, institucionais, mas principalmente fiscais, o choque de preços foi "dobrado".

Parte significativa da depreciação da nossa moeda está relacionada a um prêmio cobrado pelos investidores para compensar esses riscos, político e fiscal. O governo deve sinalizar políticas compatíveis

com uma queda do endividamento, evitando o populismo eleitoral com auxílios insustentáveis.

Deve haver clareza em respeito às regras do jogo e instituições que garantem a democracia.

Rupturas deveriam estar fora de cogitação.

Além disso, uma agenda clara de reformas macro e microeconômicas é essencial para elevar a taxa de crescimento e, consequentemente, atrair fluxo de capital. Esse processo, associado a um Banco Central vigilante e firme, como tem sido o caso, são respostas significativas a esse excesso de choques e **inflação** elevada.

Site: Usinas Camila Souza Ramos De São Paulo

Dólar dispara, supera R$ 5,57 e leva BC a intervir no mercado

Marcelo Osakabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187032?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187032?page=1&section=1

Reforma tributária mundial a caminho - OPINIÃO JURÍDICA

IRAPUÃ BELTRÃO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187032?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187032?page=1&section=1

FMI reduz projeções sobre endividamento no Brasil, mas alerta para juro alto

Rosana Hessel

O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou documento, ontem, em que reduz as estimativas de endividamento mundial e do Brasil. Conforme os dados do Monitor Fiscal, a dívida pública bruta brasileira não deverá romper a barreira dos 100% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023, como previsto pela instituição em abril. O estudo, de 114 páginas, estima que a dívida pública bruta brasileira cairá de 98,9% do **PIB**, em 2020, para 90,6% em 2021, e para 90,2% em 2022. As projeções anteriores eram de 98,4%, neste ano, e de 98,8%, no ano que vem. Para 2023, o fundo estima, agora, que a dívida brasileira será de 91,7% do **PIB** .

O FMI utiliza uma metodologia diferente da empregada pelo governo brasileiro, porque considera os títulos do Tesouro que estão na carteira do Banco Central. Por isso, o dado de 2020 é diferente dos 88,8% do **PIB** divulgados pelo BC.

De acordo com o documento do FMI, a agenda prioritária global deve ser o combate à pandemia. Mas o órgão alerta para a necessidade de políticas comprometidas com a austeridade fiscal e critica subsídios, principalmente, para combustíveis fósseis, como a gasolina. O estudo, inclusive, destaca que os países desenvolvidos, que possuem regras fiscais mais claras, estão conseguindo se recuperar mais rapidamente do que os demais.

Apesar da melhora nas projeções do FMI, a dívida pública bruta do Brasil está bem acima da média dos países emergentes, que está em 64,3% do **PIB** neste ano. Essa taxa é 10 pontos percentuais superior à média de 2019, devido às medidas de aumento de gastos adotadas durante a pandemia, e deverá continuar crescendo nos próximos anos, até chegar em 69,8% em 2026.

Analistas lembram que, além de elevada, a dívida do Brasil deverá ficar mais cara daqui para frente, já que o Banco Central continuará aumentando os juros para controlar a **inflação**, que voltou para o patamar de dois dígitos, corroendo o poder de compra do brasileiro. Algumas apostas do mercado apontam para uma taxa básica de juros de 10% ao ano até abril de 2022.

"Essa melhora (no endividamento) será apenas do ponto de partida, mas a tendência de alta da dívida voltará nos próximos meses. Basta ver que o gasto com juros já subiu quase 36% em agosto ante o mesmo mês do ano anterior", alertou Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal.

Vale lembrar também que, devido à **inflação** mais alta, o deflator do **PIB** nominal, utilizado no cálculo da taxa da dívida é maior. Isso ajuda contabilmente na redução do endividamento do país e, para piorar, esconde os problemas fiscais, que não desapareceram. "O risco fiscal sempre existiu e é um problema antigo que nenhum governo consegue resolver, porque é preciso se debruçar sobre a questão e fazer reformas para reduzir os gastos não prioritários", destacou a economista e professora do Insper Juliana Inhasz.

Ela lembrou que a polêmica do veto do presidente Jair Bolsonaro à distribuição de absorventes para estudantes pobres mostrou a incoerência do governo que, recentemente, concedeu teto duplex para os militares aposentados que integram o Executivo, com reajustes de quase 70%. "Não estamos julgando o valor, mas sim o princípio, porque um grupo tem prioridade e outros, não. E isso é uma distorção", lamentou.

Felipe Salto, em artigo recente, frisou que "o argumento na hora do veto estava errado", e não poupou críticas à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos precatórios, a PEC 32/2021, que institui o calote das dívidas judiciais da União, burlando o teto de gastos. "Vale dizer, o custo da medida (a compra dos absorventes) é estimado em R$ 119,1 milhões. Já a manobra constitucional dos precatórios abrirá folga de R$ 48,6 bilhões no teto de gastos em 2022. Um ataque à Constituição e ao teto, com direito a calote em despesa obrigatória. E a lei? Ora, deixem-nas para os inimigos.", escreveu Salto.

Enquanto o presidente Jair Bolsonaro declara que não pretende se vacinar, o ministro da Economia, Paulo Guedes, em Washington, tenta convencer investidores estrangeiros de que o país está comprometido com o combate à pandemia da covid-19. O tema é uma das principais preocupações entre os participantes do evento anual do Fundo Monetário Internacional (FMI),

que ocorre nesta semana na capital dos Estados Unidos.

"A vacinação é nossa prioridade número um", disse Guedes, ontem, durante entrevista concedida ao canal do Atlantic Council, um think tank norte-americano de relações internacionais, pedindo que os investidores confiem no país.

De acordo com o ministro, a segunda prioridade é reduzir a desigualdade e a terceira, apesar de o presidente não defender da mesma forma, combater as mudanças climáticas. "Todo mundo está preocupado. Está chovendo muito pouco no Brasil e a energia está ficando cara, porque utilizamos muito a matriz hidrelétrica", disse.

Em relação ao combate à pobreza e à desigualdade, o ministro relatou a experiência do auxílio emergencial concedido a 68 milhões de brasileiros no ano passado. Contudo, não comentou sobre o Auxílio Brasil, programa que deve substituir o Bolsa Família, mas não encontra espaço fiscal no Orçamento de 2022. E evitou mencionar o desemprego no país, que continuam acima de 14%.

Na entrevista, Guedes voltou a criticar o FMI, que reduziu de 1,9% para 1,5% a previsão de crescimento do **PIB** brasileiro em 2022. "Eles erraram antes e vão errar de novo", afirmou, lembrando que, em 2020, o Fundo previa queda de 9,7%, e a retração foi de 4,1%.

De acordo com o ministro, o governo está conseguindo avançar na agenda de reformas e privatizações. "Acredito que até o fim deste ano teremos a **reforma tributária** aprovada. E a confirmação da privatização dos Correios e da Eletrobras", disse.

O ministro também minimizou os riscos fiscais e voltou a citar dados de queda nas despesas em relação ao **PIB**. Para especialistas, contudo, os números estão inflados com perspectivas otimistas do governo, que prevê crescimento de 2,5% no ano que vem e **inflação** bem abaixo do que as projeções do mercado.

Guedes teve uma agenda cheia em Washington e procurou falar das oportunidades de investimento no país em diversas áreas, como defesa, saneamento básico e ferrovias.

"O Brasil é o quarto maior recebedor de investimento estrangeiro", disse, citando os primeiros: Estados Unidos, China e Cingapura. "Estamos abertos para negócios e estamos fazendo o dever de casa. Há muito ruído político dizendo que não preservamos florestas, mas já vacinamos mais pessoas do que os Estados Unidos", disse.

BC segura o dólar

O Banco Central atuou para frear a cotação do dólar, que chegou, ontem, no meio da tarde, a ser negociado a R$ 5,57, maior patamar em seis meses. O BC despejou US$ 1 bilhão no mercado por meio de uma venda surpresa de 20 mil contratos de swap cambial tradicional (injeção da moeda americana no mercado futuro). Com isso, fez o real se valorizar - naquele momento era a divisa que mais derretia no mercado global. No fim do dia, o dólar fechou em queda de 0,51%, a R$ 5,509 na venda. O Ibovespa, índice que mede o desempenho das principais ações da Bolsa de São Paulo (B3), subiu 1,14%, para 113.456 pontos.

Site:
http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/10/4955285-fmi-ve-divida-menor-mas-juro-alto-e-problema.html

No projeto que muda a configuração do Ministério Público, o que vale é o garantismo em causa própria

Malu Gaspar

Em Brasília, alguns termos adquirem significado ímpar. Um deles é urgência. O outro é garantismo. O dicionário diz que uma coisa é urgente quando não pode ser retardada, é imprescindível, indispensável.

Garantismo é o nome que o Direito dá à defesa dos instrumentos legais que protegem os cidadãos de eventuais abusos do Estado. O primeiro "teste do Aurélio" ocorreu quando a Câmara dos Deputados aprovou uma nova Lei de Improbidade Administrativa, desfigurando a que estava em vigor.

Vaga no Supremo: Reação de Alcolumbre a Bolsonaro é estratégia para emplacar Augusto Aras

Na sessão que já ficou na História, o texto que vinha sendo discutido havia meses com a sociedade foi substituído por outro e votado em oito minutos pelo plenário, sem qualquer discussão extra. A versão final foi aprovada no Senado há duas semanas e tramitou num ritmo igualmente veloz.

Em Brasília, alguns termos adquirem significado ímpar. Um deles é urgência. O outro é garantismo. O dicionário diz que uma coisa é urgente quando não pode ser retardada, é imprescindível, indispensável.

Garantismo é o nome que o Direito dá à defesa dos instrumentos legais que protegem os cidadãos de eventuais abusos do Estado. O primeiro "teste do Aurélio" ocorreu quando a Câmara dos Deputados aprovou uma nova Lei de Improbidade Administrativa, desfigurando a que estava em vigor.

Vaga no Supremo: Reação de Alcolumbre a Bolsonaro é estratégia para emplacar Augusto Aras

Na sessão que já ficou na História, o texto que vinha sendo discutido havia meses com a sociedade foi substituído por outro e votado em oito minutos pelo plenário, sem qualquer discussão extra. A versão final foi aprovada no Senado há duas semanas e tramitou num ritmo igualmente veloz.

A nova lei diz que, para punir um gestor público por um malfeito, seria necessário comprovar o dolo, a intenção de cometer uma irregularidade. Dependendo do nível hierárquico da autoridade envolvida - digamos, um presidente que posterga deliberadamente a compra de vacinas -, os novos critérios podem tornar essa "intenção" bem difícil de provar.

Pela nova lei, os prazos dos processos por improbidade também prescrevem mais rápido. Seus defensores argumentam que as mudanças eram necessárias para impedir que os bons gestores se afastassem de funções públicas, já que a antiga lei vinha sendo usada pelo Ministério Público (MP) para perseguir a classe política.

Pandemia : CPI da Covid já tem atalho para denunciar Bolsonaro no STF sem depender de Augusto Aras

O sucesso da primeira tentativa levou a uma nova ofensiva, desta vez contra a independência do próprio MP. A proposta que tramita a toque de caixa é a mudança da Constituição que aumenta o poder do Congresso e do procurador-geral da República sobre a atuação de procuradores e promotores .

Seu teor é tão flagrante que ela já ganhou o apelido de "PEC da Vingança", numa referência ao revide dos políticos contra a Lava-Jato. O texto do deputado Paulo Teixeira (PT-SP) estava em análise numa comissão especial quando, sem aviso, recebeu emendas do relator, Paulo Magalhães (PSD-BA), e entrou na pauta da Câmara para votação imediata no plenário.

A nova regra altera profundamente o funcionamento dos dois principais órgãos de fiscalização e regulação do Ministério Público. No caso do primeiro, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que conduz todos os processos disciplinares, aumenta de dois para quatro a quantidade de conselheiros indicados pelo Congresso - que ganha ainda o poder de indicar justamente o corregedor. Além disso, a PEC autoriza o conselho a modificar ou revogar medidas tomadas por procuradores e promotores do Brasil inteiro.

Leia também: Governo e oposição numa frente ampla

contra Lei da Improbidade

O texto também muda a composição do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) e dos conselhos estaduais, que regulam as questões funcionais e de procedimento da instituição.

Hoje, com exceção do presidente e do vice-presidente, todos os membros são eleitos pela categoria. Se a PEC for aprovada, dois terços passarão a ser escolhidos pelo chefe do MP, seja ele o procurador-geral da República, sejam os procuradores-gerais dos estados.

Se essa configuração estivesse valendo hoje, os membros do CSMP certamente não teriam cobrado do procurador-geral da República, Augusto Aras, uma posição diante dos ataques de Jair Bolsonaro ao TSE ou à urna eletrônica, nem teriam feito nada para pressionar Aras a atuar para que Bolsonaro tomasse medidas para garantir a compra de vacinas. Afinal, quase todos teriam sido escolhidos pelo próprio Aras.

Terrivelmente evangélico : Bolsonaro sugere que está sendo chantageado para abrir mão de André Mendonça no STF; veja o vídeo

Não que o MP seja uma instituição irretocável, ou que não seja necessário avaliar os erros e abusos cometidos pela Lava-Jato. O debate é importante para o fortalecimento da democracia.

Mas, quando se trata de mudanças profundas com tamanha ligeireza, fica parecendo que, para os parlamentares, tutelar os procuradores e promotores é mais urgente que encontrar uma nova configuração do Bolsa Família ou desatar os nós da **reforma tributária**.

A pressa é tanta que os legisladores não previram nenhuma medida destinada a garantir que o procurador-geral da República seja obrigado a cumprir sua função - e investigue a real responsabilidade de Bolsonaro pela negligência no combate à pandemia, pela disseminação de fake news ou pelos ataques ao Supremo Tribunal Federal.

Os abusos do Estado contra os cidadãos comuns, nesse caso, vão passando incólumes. Pelo jeito, no manual dos políticos, o garantismo que vale mesmo é aquele que funciona em causa própria.

Improbidade: Relator deverá se livrar de dois processos com aprovação de nova lei

:

Terrivelmente evangélico : Bolsonaro sugere que está sendo chantageado para abrir mão de André Mendonça no STF; veja o vídeo

Site: https://blogs.oglobo.globo.com/malu-gaspar/post/no-projeto-que-muda-configuracao-do-ministerio-publico-o-que-vale-e-o-garantismo-em-causa-propria.html

Projeto que muda cobrança de ICMS passa na Câmara

Israel Medeiros

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite de ontem, por 392 votos a favor e 71 contra, o projeto de lei complementar (PLP) 11/2021 que altera a forma da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis. O texto estabelece que o cálculo do imposto estadual será atrelado à quantidade do produto e levará em conta o preço médio dos últimos dois anos. Atualmente, o cálculo da incidência de ICMS é revisado a cada 15 dias.

A proposta é uma tentativa de frear os frequentes aumentos dos combustíveis e do gás de cozinha, que tem pressionado o bolso dos consumidores e forçado a **inflação** para cima. A desvalorização do real frente ao dólar e o aumento do preço do barril de petróleo são as principais causas dos reajustes da Petrobras. Aproximadamente 7% da gasolina consumida no país, entre janeiro e junho deste ano, foi importada.

O modelo aprovado é diferente do que era defendido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), há algumas semanas, por meio do PLP 16/21, que previa a unificação das alíquotas sobre combustíveis em todo o país. Esse e outros projetos foram apensados ao PLP 11/21. A expectativa de Lira é que o preço da gasolina caia 8% com o projeto. Já o etanol e o diesel devem reduzir de preço, segundo ele, 7% e 3,7%, respectivamente.

Pelo texto aprovado, a cobrança de ICMS passará a ter um valor fixo por litro - a exemplo de **impostos** federais PIS, Cofins e Cide. O modelo substituirá a cobrança atual sobre um porcentual incidente no valor o preço de venda - por isso é que, quando a Petrobras aumenta do valor cobrado do combustível, a arrecadação dos estados também cresce, mesmo que as alíquotas permaneçam inalteradas.

O ICMS sobre gasolina varia hoje de 25% a 34% - por exemplo, em São Paulo é de 25% e, no Rio de Janeiro, de 34%. Sobre o diesel, as alíquotas variam de 12% a 25%, enquanto que sobre o etanol é de 12% a 30%, e de 12% a 25% sobre o gás de cozinha.

No Plenário, a oposição defendeu que a medida não resolve o problema, que é causado pela política de preços com paridade internacional da Petrobras - acompanha a alta do dólar e do barril de petróleo. Eles argumentaram que o ICMS não teve aumento de alíquota nos últimos 12 meses, mas, mesmo assim, os combustíveis ficaram mais caros. Apesar das críticas, o PT orientou favoravelmente. Já o PSol, que também criticou o projeto, liberou a bancada.

O relator da proposta, deputado Dr. Jaziel (PL-CE), disse, após a leitura de seu parecer favorável à proposta, que entende que a oscilação do preço do barril de petróleo e a flutuação do dólar são os principais responsáveis pela alta, mas afirmou que o ICMS "pesa muito" no preço final. Portanto, "cada um tem que dar a sua parcela de contribuição", referindo-se aos estados.

Ele garantiu, também, que os estados não perderão arrecadação. "Os preços atuais estão sendo calculados no máximo com a flutuação do dólar. Se tiver que perder é uma perda pequena e vale a pena perder já que o povo não tem de onde tirar. Aqui é um investimento, é a sensibilidade dos governadores junto com o seu povo", argumentou.

Isso, no entanto, vai contra o que diz o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz). O parecer ao PLP 11/21, segundo a entidade, desfalca em R$ 24 bilhões as finanças estaduais. Segundo Paulo Tavares, presidente do Sindicombustíveis-DF, "GDF perderá R$ 600 milhões por ano em arrecadação e gasolina poderá baixar até R$ 0,60 por litro".

Texto-base que muda ICMS de combustível passa na Câmara

Thiago Resende Danielle Brant

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira (13) o projeto que muda a regra sobre o ICMS (imposto estadual) de combustíveis e prevê que o tributo seja aplicado sobre o valor médio dos últimos dois anos para baratear o preço da gasolina.

O texto-base foi aprovado por 392 votos a 71. Os deputados rejeitaram os destaques, que são tentativas de alteração de pontos específicos do projeto. Agora, a proposta segue para o Senado.

O placar é uma vitória do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que patrocina o projeto com o argumento de que a medida irá reduzir o preço dos combustíveis. Nas últimas semanas, ele tem feito ataques aos repasses de preços praticados pela Petrobras e a críticas aos estados por não quererem diminuir suas alíquotas de ICMS.

Por diversas vezes, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) culpou parte dos governadores pela alta do preço do gás e dos combustíveis.

Governadores argumentam que não elevaram as alíquotas do ICMS na atual gestão e que a **inflação** dos combustíveis se deve ao câmbio e à elevação no valor do barril de petróleo internacionalmente.

Hoje, o ICMS é calculado com base em um preço de referência, conhecido como PMPF (preço médio ponderado ao consumidor final), revisto a cada 15 dias de acordo com pesquisa de preços nos postos. Sobre esse valor, são aplicadas as alíquotas de cada combustível.

O projeto que avança na Câmara prevê a mudança no cálculo que consideraria a média dos combustíveis nos últimos dois anos, ou seja, a base passa a ser fixa. Cada estado, então, aplicaria a sua alíquota de ICMS sobre esse preço médio. A alíquota aplicada é a de 31 de dezembro do último ano incluído no cálculo -- ou seja, para 2019 e 2020, será considerada a alíquota de 31 de dezembro de 2020.

De acordo com o texto aprovado, os estados e o Distrito Federal vão definir anualmente as alíquotas específicas e que irão vigorar por 12 meses.

Segundo Lira e o relator do projeto, deputado Dr. Jaziel (PL-CE), a medida deverá reduzir o preço da gasolina em 8%. No caso do etanol, a queda seria de 7%, e de 3,7% para o diesel. O método de cálculo, no entanto, não foi divulgado.

"O mecanismo mais eficiente para o controle dos preços dos combustíveis -até mais do que a implementação de intervenções estatais localizadas- é a estabilização efetiva de parte expressiva de seu custo, mediante a exigência de **tributos** por um valor fixo, diminuindo-se, assim, a influência das alterações do preço do barril de petróleo no valor cobrado do consumidor final", disse o relator.

Mesmo deputados de partidos de oposição, como PCdoB e PSB, apoiaram a proposta de mudança no ICMS. Segundo esses congressistas, o objetivo foi não dar discurso para Bolsonaro culpar a Câmara pela alta no preço dos combustíveis.

Na avaliação desses oposicionistas, a medida não irá resolver o problema da **inflação** no setor, mas isso só será comprovado após o novo cálculo entrar em vigor.

Líder do MDB na Câmara, o deputado Isnaldo Bulhões (AL) criticou o texto votado. "O presidente da Câmara Arthur Lira e o líder do governo Ricardo Barros quebraram o acordo firmado em relação ao PLP 11/2020. O acordo seria votar o texto do PLP 105/21, que daria transparência ao consumidor", afirma o deputado, autor do PLP 105.

"Essa ação é uma verdadeira cortina de fumaça. Tenho falado há meses: outros são os fatores que influenciam os preços de combustíveis, o primeiro é a política econômica do governo Bolsonaro, que desvaloriza cada vez mais o real e provoca o descontrole da **inflação**", ressaltou. "O outro fator é a política da Petrobras, que tem o Estado seu maior acionista."

A Febrafite (Federação Brasileira de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais) calcula que a proposta de Lira geraria uma perda de R$ 24 bilhões por ano na arrecadação de estados e municípios.

O cálculo foi usado pelo Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda Estaduais), que divulgou uma nota nesta quarta contra o projeto patrocinado

pelo presidente da Câmara.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49698

Os grandes bancos e suas tarifas abusivas - CELSO MING

CELSO MING / /COM PABLO SANTANA

O forte crescimento das fintechs explica-se não apenas pela sua maior agilidade em relação aos bancões tradicionais, mas, principalmente, porque não cobram tarifas ou cobram menos por serviços prestados.

Alguns desses bancos vêm alardeando pela TV e pelas redes sociais agressivas mensagens de marketing em que procuram atrair correntistas, com base no fato de que não são predadores como os bancos tradicionais.

Seu objetivo não é apenas atrair os mais jovens, mas, também, a população sub-bancarizada e desbancarizada, que corresponde a 21% da população (34 milhões de brasileiros), de acordo com os últimos dados do Instituto Locomotiva.

Um estudo recente do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) mostrou que, ao longo da pandemia, os bancos tradicionais brasileiros "abusaram" dos reajustes de tarifas. O levantamento, realizado entre junho de 2020 e julho de 2021, revelou que os reajustes das tarifas avulsas ficaram acima da **inflação** do período, que foi de 8,35%. O campeão desses abusos é o Banco do Brasil que na compra de moeda estrangeira no cheque viagem aplicou uma correção de 213%. Bradesco, Itaú e Santander seguem nesse ranking .(Veja tabela.) Os canais digitais mantêm-se em crescimento.

Em 2020, realizaram cerca de 67% dos 103,5 bilhões de transações bancárias realizadas no Brasil, de acordo com dados da Febraban, a entidade que defende os interesses dos bancos.

Importante nome no segmento dos bancos digitais, o Inter alcançou a marca de 14 milhões de clientes no terceiro trimestre deste ano, crescimento de 94% sobre o mesmo período de 2020, como mostra sua prévia operacional.

Agora prepara o lançamento de suas ações na bolsa especializada em empresas de alta tecnologia, a Nasdaq, dos Estados Unidos. O Nubank, outra fintech bem-sucedida, já tem mais de 40 milhões de clientes. Levantou aporte de US$ 1,15 bilhão neste ano e também se prepara para abrir capital nos Estados Unidos. São casos que dão uma ideia de quanto esses banquinhos começam a incomodar os pesados, lentos e caros bancos convencionais.

Mas o desenvolvimento das fintechs não se explica apenas pela sua força em tecnologia. Como observa Lavinia Junqueira, advogada tributarista, uma junção de oportunidades, tanto regulatórias como tributárias, as vem incentivando.

Elas pagam menos **tributos** do que outras instituições reguladas.

"Aproveitaram a vantagem de se criar do zero, com base em um modelo menos burocratizado. Mas os grandes conglomerados financeiros começam a reagir a essas novidades." Até recentemente, os bancos se concentraram na sua tarefa de reduzir custos e aumentar os lucros. Entre março de 2020 até agosto de 2021, fecharam 2.138 agências (dados do Banco Central), demitiram mais de 10 mil bancários (dados do Caged) e empurraram para o próprio correntista grande parte das tarefas antes executadas por funcionários. Mas agora cuidam de se equipar.

No último ano, o orçamento em tecnologia do setor bancário avançou 7% na comparação anual, totalizando R$ 25,7 bilhões, como mostra pesquisa da Febraban. Inteligência artificial e segurança cibernética foram as prioridades destacadas pelas instituições.

A disputa tem mexido na estrutura e no modelo de negócios do setor e contribuído para melhor relacionamento e comunicação entre os atores em temas como investimentos e educação financeira.

"Essa relação de trazer as pessoas para perto do banco e mostrar a maneira mais eficiente de gerir o dinheiro é o legado desta competição no mercado financeiro", avalia Luiz Gomes, head da aceleradora de startups Overdrives.

E esse movimento tende a acelerar com a implementação do open banking, sistema que permite o compartilhamento de dados dos clientes entre instituições financeiras, aposta Renata Ramalhosa, CEO da Beta-i. "Os bancos vão enfrentar esse fenômeno com grandes investimentos em inovação e tecnologia.

A revolução digital em curso continuará a alavancar a concorrência." Mas fortes investimentos em tecnologia e em segurança digital, uma das grandes vulnerabilidades dos grandes bancos, não os levarão a aumentar seu número de correntistas se, também, não cuidarem da redução de seu pacote tão escorchante de tarifas.

Site: Usinas Camila Souza Ramos De São Paulo

ACIMA DA INFLAÇÃO

● Tarifas avulsas com maior reajuste entre junho de 2020 e jullho de 2021

BANCO	SERVIÇO	VARIAÇÃO
BB	Cheque viagem	213%
Bradesco	Depósito Identificado	25%
Caixa	Saque pessoal*	12%
Itaú	2º via de cartão de débito	11%
Santander	Transferência agendada DOC/TED	12%

*DEPÓSITOS À VISTA E POUPANÇA

FONTE: IDEC

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

No FMI, Guedes diz que país vai começar a vacinar vizinhos

Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187032?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187032?page=1&section=1

Alcolumbre reage a pressão e sinaliza que manterá indicação ao STF na gaveta

O presidente da CCJ do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) no plenário da Casa Leopoldo Silva - 7.mai.20/Agência Senado

Julia Chaib, Renato Machado, Marianna Holanda, Washington Luiz e Ricardo Delia Coletta Colaborou Flávio Ferreira, de Miracatu

O presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), reagiu nesta quarta-feira (13) à pressão para pautar a sabatina de André Mendonça dizendo que não aceita "ameaças" e que querem transformar a sua autonomia em "ato político e guerra religiosa".

O senador mantém emperrada há três meses a tramitação do nome indicado por Jair Bolsonaro para o STF (Supremo Tribunal Federal). A nomeação não foi vota da no Senado porque a CCJ ainda não marcou a sabatina de Mendonça, escolhido com base no perfil "terrivelmente evangélico" prometido pelo presidente ao segmento religioso.

Apesar da pressão, Alcolumbre sinalizou que deixará a análise do caso por mais tempo na gaveta. Ele se posicionou nesta quarta pela primeira vez, divulgando uma nota pública, no mesmo dia em que Bolsonaro disse que ele estava "jogando fora das quatro linhas da Constituição".

Na segunda (11), Alcolumbre encontrou-se com o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) e reclamou de ataques proferidos por evangélicos, que têm ameaçado sua reeleição no Amapá em 2022. Ele disse que isso só ocorre porque há o aval do presidente.

O presidente da CCJ disse na nota que tem sofrido "agressões de toda ordem". "Agridem minha religião, acusam-me de intolerância religiosa, atacam minha família, acusam-me de interesses pessoais fantasiosos. Querem transformar a legítima autonomia do presidente da CCJ em ato político e guerra religiosa", afirma Alcolumbre, que é judeu.

Ele diz ainda que não aceitará "ser ameaçado, intimidado, perseguido ou chantageado com o aval ou a participação de quem quer que seja".

Alcolumbre vinha mantendo uma posição mais discreta sobre a disputa, apesar da crescente pressão de senadores, líderes partidários, religiosos e do Palácio do Planalto.

Ele afirmou que a CCJ tem muitas propostas na fila para serem analisadas ("cerca de 1.748 matérias, todas de enorme relevância para a sociedade") e disse que dará prioridade para temas para destravar o crescimento econômico e controlar a **inflação**, dois problemas que corroem a popularidade de Jair Bolsonaro.

"A prioridade do Poder Legislativo, no momento, deve ser a retomada do crescimento, a geração de empregos e o encontro de soluções para a alta dos preços que corroem o rendimento dos brasileiros", completou, negando que sua conduta esteja ligada a alguma barganha política pessoal "Jamais condicionei ou subordinei o exercício do mandato a qualquer troca de favores políticos com quem quer que seja", afirmou Alcolumbre.

"A defesa da democracia, da independência e harmonia entre as instituições e, sobretudo, da Constituição sempre balizou o meu posicionamento político. Diversas vezes me coloquei contra aqueles que buscavam a ruptura democrática, desrespeitando os Poderes constituídos, a liberdade de imprensa e a própria democracia para criar crises políticas que impediriam a governabilidade", completou o senador.

Como presidente do Senado, Alcolumbre manteve boa relação com Bolsonaro e encaminhou assuntos de interesse do governo. Nos últimos meses, deu sinais de insatisfação e passou a articular pela derrota do nome de Mendonça ao STF. Nos bastidores, defendeu a indicação do procurador-geral da República, Augusto Aras, para a vaga.

No domingo (9), Bolsonaro citou apoios dados ao

senador para cobrar avanço na indicação feita ao STF. "Quem não está permitindo a sabatina é o Davi Alcolumbre. Teve tudo o que foi possível durante os dois anos comigo e de repente ele não quer o André Mendonça. Quem pode não querer é o plenário do Senado, não é ele. Ele pode votar contra, agora o que ele está fazendo não se faz. A indicação é minha", disse.

Nesta quarta (13), Bolsonaro falou do nome indicado ao STF logo no início de um evento em Miracatu (SP). O presidente citou cidades em que ele próprio morou, entre elas Eldorado Paulista, e emendou um apoio ao indicado ao STF, fazendo alusão ao fato de a família de Mendonça ser de Miracatu.

"Se Eldorado tem um presidente, se Deus quiser, breve- mente, Miracatu terá um ministro do Supremo Tribunal Federal. À família de Miracatu, à família de André Mendonça, meus cumprimentos, por esse homem extremamente competente, capaz e inteligente. E dentro do meu compromisso, um evangélico para o Supremo Tribunal Federal." Na nota desta quarta, Alcolumbre afirma que a Constituição estabelece que a nomeação de um membro do STF não configura um "ato unilateral e impositivo do chefe do Executivo", exigindo a participação do Senado, que há prerrogativa dos presidentes das comissões permanentes para definir a pauta das sessões. Ele refutou qualquer interferência e falou em atenção "ao princípio da separação e harmonia dos Poderes".

O parlamentar citou decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do STF, que rejeitou na segunda (11) um pedido de parlamentares para que Alcolumbre fosse obrigado a marcar a data da sabatina de Mendonça. O magistrado afirmou que a decisão de pautar esse tema era questão interna do Legislativo e que não seria correta uma interferência do Poder Judiciário.

A aliados Alcolumbre tratou a decisão como uma vitória e avaliou que agora tem mais segurança jurídica para segurar a indicação de Mendonça.

Além disso, o senador pelo Amapá recebeu sinalização do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), de que não haverá interferência superior na CCJ para destravar o caso Mendonça.

A indicação de um ministro do STF ligado à bancada evangélica é uma demanda de líderes de grupos religiosos, que têm cobrado tanto o governo federal quanto o Senado.

Como a Folha mostrou, líderes evangélicos se insurgiram contra articulações para apresentar uma alternativa ao nome de Mendonça.

O pastor Silas Malafaia, aliado de Bolsonaro, fez cobranças públicas e divulgou um vídeo com ataques a Ciro Nogueira (Casa Civil), líder do centrão, a quem acusa de participar da ofensiva contra a indicação de um "terrivelmente evangélico". O ministro rebateu, dizendo faltar informação ao líder religioso

Apesar da pressão, Alcolumbre reafirmou nos últimos dias a senadores que só pautará a sabatina de Mendonça quando tiver certeza da derrota do nome pelo plenário. Aliados do senador avaliam que ele atua com o respaldo de ala da Casa, que estaria dividida ao meio, e até mesmo de integrantes do governo.

O próprio Flávio Bolsonaro nunca foi considerado grande fã de Mendonça -e por isso senadores não veem atuação forte dele para que Alcolumbre libere a indicação.

No encontro com Flávio na segunda, o presidente da CCJ criticou Bolsonaro por ingratidão pela declaração do mandatário de que ajudou o parlamentar ao longo de dois anos quando ele era presidente do Senado, sem citar qualquer retribuição. O senador afirmou que ele é que ajudou Bolsonaro a ter governabilidade no Legislativo e aprovar matérias de interesse no governo.

Embora de maneira discreta, Flávio colocou-se à disposição para melhorar o diálogo com o presidente e ficou de marcar um encontro entre ambos, ainda sem data.

No Planalto, ministros dizem acreditar que é possível buscar um entendimento.

Para aliados de Bolsonaro, a nova postura de Alcolumbre representa uma forma de conseguir um "aceno" do presidente e uma saída "honrosa" para ele, tendo percebido que não iria conseguir mudar a indicação.

Um líder do governo diz que essa não foi a primeira vez que Flávio teria se colocado como uma ponte de diálogo com Alcolumbre. No fim de agosto, por exemplo, o senador pelo Amapá teria reclamado ao filho do presidente dos ataques de caráter antissemita que vinha recebendo nas redes sociais.

Flávio teria garantido que o Planalto não tinha relação com esses episódios e que se mostrava disposto a dialogar para achar uma saída para a situação de Mendonça.

Também nesta quarta (13), o senador Esperidião Amin (PP-SC) apresentou questão de ordem solicitando que Rodrigo Pacheco marque uma data para a sabatina ou

que leve a análise para o plenário. O pedido leva em conta prazo regimental de 20 dias para que a CCJ analise propostas que chegam à comissão.

Pacheco afirmou que vai decidir futuramente sobre a questão de ordem, mas demonstrou que não deverá intervir no colegiado.

"[A CCJ] temo seu tempo, a sua prerrogativa, a sua autonomia. Não pode haver essa interferência por parte da presidência no âmbito do funcionamento de uma comissão. Assim como eu não o fiz no âmbito da CPI, no andamento dela, isso também se aplica às demais comissões da Casa. Há um ex-presidente do Senado que merece todo o meu respeito que é presidente da CCJ hoje, que por certo tomará as melhores decisões", disse.

A posição frustrou aliados do governo. A expectativa era que o pedido fosse negado e Amin pudesse recorrer da recusa da questão de ordem ao plenário, no qual o grupo afirma ter maioria.

Além disso, nesse caso, Pacheco poderia pedir um parecer à CCJ, que deveria ser emitido em dois dias.

Em outra frente, o líder do governo, Fernando Bezerra (MD B-PE), começou a colher assinaturas na CCJ em apoio à sabatina de Mendonça. O objetivo é apresentar a Alcolumbre a lista com a maioria dos 27 membros.

-

"Reafirmo que não aceitarei ser ameaçado, intimidado, perseguido ou chantageado com o aval ou a participação de quem quer que seja" Davi Alcolumbre senador e presidente da CCJ, nesta quarta (13)

"O senhor [Ciro Nogueira, da Casa Civil] é obrigado a vir a público dar uma satisfação. Ministro, você é obrigado a emitir nota clara de apoio a André Mendonça" Silas Malafaia pastor evangélico, em vídeo na segunda (11)

"Quem não está permitindo a sabatina é o Davi Alcolumbre [...] Teve tudo o que foi possível durante os dois anos comigo e de repente ele não quer o André Mendonça. Quem pode não querer é o plenário do Senado, não é ele. Ele pode votar contra, agora o que ele está fazendo não se faz.

A indicação é minha" Jair Bolsonaro no domingo (10)

"A votação de indicação de ministro para o STF merece ser precedida de um tempo de amadurecimento político que permita a galvanização das opiniões dos membros do Senado, em especial diante do cenário de turbulência política" Davi Alcolumbre ao STF, na quarta (6)

"Se sair o André [Mendonça], no meu compromisso que fiz junto aos evangélicos, será outro evangélico. Eu acho que o André vai dar certo" Jair Bolsonaro em entrevista à Jovem Pan no dia 27

ENTENDA TRAMITAÇÃO DA INDICAÇÃO AO STF NO SENADO

A avaliação sobre a nomeação é feita pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça)

A principal etapa na comissão é a realização de uma sabatina do candidato pelos congressistas. Concluída a sabatina, a CCJ prepara um parecer sobre a nomeação e envia a análise ao plenário

A decisão sobre a indicação é feita em uma sessão plenária da Casa. A aprovação do nome só ocorre se for obtida maioria absoluta, ou seja, ao menos 41 dos 81 senadores

Depois da aprovação pelo Senado, 0 presidente pode publicara nomeação eo escolhido pode tomar posse no tribunal

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49698

Em importante polo agrícola, fome e favelização avançam

Thiago Resende Leonardo Augusto João Pedro Pitombo

Município com economia sustentada pelo agronegócio, Rio Verde (GO) está entre as 650 cidades de maior **PIB** per capita do Brasil, segundo o IBGE.

Apesar da pujança do setor agrícola, famílias que trabalhavam no ramo encontram dificuldade, e hoje dependem de programas sociais e de trabalhos informais que pagam por diárias.

Segundo maior produtor de milho do país, o município tem 6,8 mil beneficiários do Bolsa Família -cerca de 2,75% da população. Embora a taxa seja menor que a média do estado (4,3%), novos bairros da periferia surgem em meio ao espaço dominado pelo agronegócio.

Na região, além dos descendentes de locais, vivem pessoas que migraram de estados mais pobres em busca de trabalho.

O emprego informal já era praxe na agricultura, mas, nos últimos anos, a relação trabalhista tem se tornado mais tênue, e funcionários são pagos por dia de trabalho.

Adriele Bastos de Almeida, 28, conta que trabalhou por quatro anos numa fazenda. O marido, André de Jesus Santos, 29, ganhava um salário mínimo, e ela, R$ 100 por mês pela limpeza da casa dos patrões.

"Tivemos que sair de lá. Meu filho vai começar a estudar. O patrão reclamava quando a gente vinha para a cidade fazer compras. Comprar comida mesmo. Ele queria que a gente ficasse lá. Tanto tempo nessa luta; não dá para aguentar", diz Almeida.

Os dois não completaram o ensino médio e recebem cerca de R$ 200 por mês do Bolsa Família. Santos faz serviços temporários em fazendas da região ou atua na construção.

A família, que nasceu em Rio Verde, agora mora em Portal do Sol, bairro de periferia, sem asfaltamento e que cresceu nos últimos dois anos com a chegada de mais pessoas carentes.

Ali também reside Cristiane Pereira da Silva, 19, que ainda está com uma parte do teto a ser construída.

Silva saiu do Maranhão em 2013 e foi para Rio Verde. "Vim para trabalhar e em busca de uma vida melhor". Sem concluir o ensino médio, trabalhava no ramo de limpeza como diarista, mas, por causa da pandemia e por ter que cuidar da filha, não tem conseguido mais clientes.

A renda da família atualmente é o auxílio emergencial de R$ 375, além dos bicos do marido, Sabino José da Silva, 27, que ganha cerca de R$ 70 por dia em que é chamado para auxiliar no transporte de frango em granjas. Ele trabalhava no ramo hoteleiro e não tem emprego fixo há 2 anos.

"Hoje falta muita comida. Ela [a filha Cristina da Silva, de 1 ano e 9 meses] até pede para ter mais comida. Mas, no café da manhã, muitas vezes tem só café coado", diz a mãe.

A família também tem recebido cestas básicas da Cufa (Central Única das Favelas) de Rio Verde, projeto social que tem ido a regiões carentes desde o ano passado.

Em Belo Horizonte, a falta de dinheiro para comprar comida não é a única dificuldade do servente de pedreiro Ederson Vieira Estevão, 40. Diante do preço do gás, sua família usa um fogareiro montado com uma roda de automóvel.

Estevão vive no Aglomerado da Serra, conjunto de favelas na zona sul de Belo Horizonte (MG). Mora com o irmão, a filha de 13 anos e três sobrinhos numa casa própria.

Ele tinha carteira assinada até o início da pandemia. A

renda da família, que já chegou a R$ 2.000, é de R$ 800 hoje. Depois de perder o emprego, passou a viver de bicos, como já ocorria com o irmão.

Ambos entraram para o programa de doação de cestas básicas criado pela Prefeitura de Belo Horizonte durante a pandemia.

Recebem uma por mês, com cinco quilos cada de arroz e açúcar, dois de feijão, um de cada de fubá, macarrão e sal. O pacote inclui ainda 900 ml de óleo, um quilo de farinha de mandioca, leite em pó, uma lata de extrato de tomate e outra de sardinha.

"Não dá para todo mundo. Quando acaba, pedimos comida emprestada para os vizinhos", diz Estevão. Sobre o consumo de carne, afirma: "Quando muito, é pé de frango".

Na região, o quilo do pé de frango oscila entre R$ 4,80 e R$ 5, o dobro do que custava antes da explosão no preço das carnes.

Maria Ângela Pereira, 70, vizinha de Estevão, vive drama semelhante. Viúva, mora em uma casa de três cômodos com o filho, de 49 anos, uma neta de 17 e um neto de 20 anos.

Ela recebe pensão de R$ 400 por mês do marido falecido e essa é a única renda da família. O complemento é uma cesta básica do programa da prefeitura.

O filho tem problemas de saúde e os netos não trabalham. "É uma dificuldade para pagar gás, luz e água".

Com tantos gastos, a família come pão amanhecido vendido na promoção de uma padaria -15 unidades por R$ 6.

Na periferia de Salvador, a diarista Antonieta dos Santos, 47, também passa por dificuldades para se alimentar e comprar gás.

Sem emprego ou renda fixa, ela se inscreveu no Cadastro Único do governo federal para tentar ter o acesso ao Bolsa Família, mas até agora não teve o pleito contemplado.

O programa não é uma novidade em sua família. Sua mãe teve o benefício por mais de uma década e o recebeu até morrer.

O único dinheiro que Antonieta recebe vem do auxílio emergencial de R$ 150. Ela diz nunca ter passado por um período de tanta dificuldade para conseguir se alimentar.

Seu principal ponto de apoio é a igreja que frequenta. Lá, costuma receber alimentos de outros fiéis. Mas eles nem sempre dão para o mês inteiro. "Tem semana que é só a misericórdia mesmo."

Sem casa própria, Antonieta mora desde o ano passado de favor em uma casa emprestada por uma amiga. "É uma casa que ela costuma alugar por R$ 250. Mas acabou me emprestando depois que viu a situação em que eu estava", diz.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49698

Selic deve subir 1 ponto percentual a cada reunião do Copom, afirma diretor do BC

Larissa Garcia

O diretor de Política Econômica do BC (Banco Central), Fabio Kanczuk, reiterou nesta quarta-feira (13) que a autoridade monetária continuará elevando a taxa básica de juros (Selic) em 1 ponto percentual por reunião até atingir um nível "significativamente acima" do neutro, em patamar que desaquece a economia.

Ele não especificou, contudo, qual seria o nível final dos juros. Segundo o relatório Focus desta semana, em que a autarquia divulga levantamento feito com economistas, o mercado elevou as expectativas e espera que a Selic termine 2022 a 8,75%. Na semana anterior a aposta era de 8,5%.

Kanczuk afirmou que uma mudança brusca no cenário econômico poderia fazer o BC revisar a postura.

"Claro que se ocorrer uma grande mudança, podemos ter que aumentar ou diminuir o ritmo, mas é suficiente e podemos fazer com este ritmo", afirmou em evento do HSBC.

Ele disse que "poderia acelerar ou desacelerar" o ritmo de alta da Selic se houvessem mudanças de conjuntura. "Tudo pode acontecer, 1 ponto percentual é uma sugestão, não é um compromisso", afirmou.

"Imagine se temos más notícias no fiscal. Se mudamos o regime fiscal, tudo muda, então vamos mais rápido na política monetária", ponderou.

Ele supôs ainda que caso os números de **inflação** "fiquem loucos" e muito maiores que os projetados, o BC teria que reavaliar o ritmo porque, neste caso, "1 ponto percentual por reunião não seria suficiente mais".

O diretor disse que o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC tem um "plano de voo" para convergir **inflação** à meta.

"O BC fez simulações e o que importa mais agora é o número final da Selic e não o ritmo, já estamos em um ritmo rápido. Se continuarmos subindo 1 ponto percentual por reunião, temos condições de convergir a **inflação** 2022 [à meta]", afirmou.

No mês passado, o BC elevou a taxa básica de juros em 1 ponto percentual, para 6,25% ao ano e indicou que fará nova alta igual na próxima reunião, no fim de outubro. Acelerar o ritmo seria subir a Selic acima desse patamar para fazer frente à escalada de preços e das expectativas de **inflação** nos últimos meses.

Diante de surpresas inflacionárias, em que os preços sobem acima do esperado, o mercado tem elevado a pressão para que o BC intensifique o ritmo de alta dos juros.

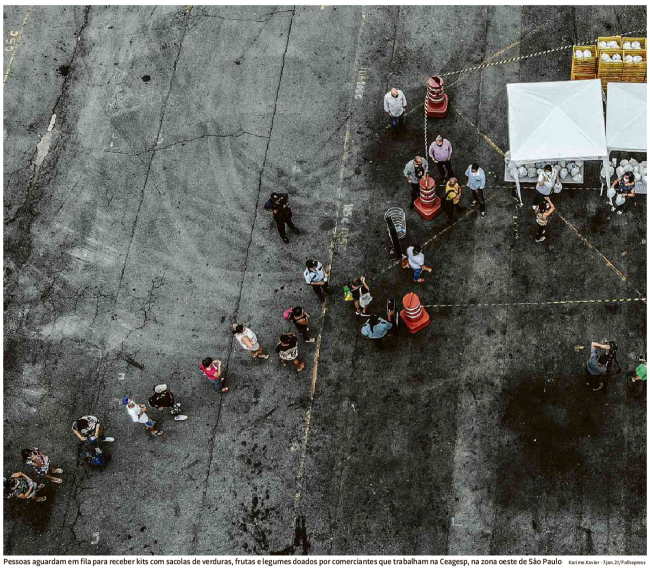
A projeção da autarquia para a **inflação** do próximo ano é de 3,7%, ligeiramente acima do centro da meta determinada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para o período, de 3,5% com tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo.

A expectativa do BC para a **inflação** de 2022 está abaixo do projetado pelo mercado. Segundo o relatório Focas desta semana, em que a autarquia divulga levantamento feito com economistas, a estimativa é de que o ano termine com 4,17%.

"As expectativas do BC e do mercado estão subindo. Isso significa que temos que fazer uma política monetária mais restritiva", disse o diretor.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49698

África consegue avançar mais que Brasil no combate à fome e miséria



Pessoas aguardam em fila para receber kits com sacolas de verduras, frutas e legumes doados por comerciantes que trabalham na Ceagesp, na zona oeste de São Paulo

Daniel Balaban, 57
Representante no Brasil do United Nations World Food Programme (programa mundial de alimentos da ONU) e diretor do Centro de Excelência contra a Fome. Economista e mestre em Relações Internacionais, presidiu o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Fernando Canzian

Até países africanos avançam mais do que o Brasil em mudanças estruturais na tributação e governança de programas sociais para combatera miséria e a fome.

Segundo Daniel Balaban, representante brasileiro do United Nations World Food Programme (programa mundial de alimentos da ONU), o Brasil precisa adotar tributação mais progressiva e desonerar o consumo para conseguir avançar nessa questão.

No Brasil, apenas cerca de 15% da população paga Imposto de Renda e os mais pores são onerados pela cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que incide sobre o consumo.

"Em todos os países que trabalhamos, batemos nesse mesmo ponto. Temos visto mudanças radicais, inclusive em nações pobres da África. Mas, no Brasil, isso é tabu", afirma.

*

Mais da metade do Brasil sofre de algum tipo de insegurança alimentar, fato precedido pela forte recessão em 2015-2016 e por um crescimento medíocre desde então. O que é possível fazer? Países que saíram dessa mesma situação no passado, como os nórdicos e a Coréia [do Sul], mostram que o crescimento econômico está atrelado a uma base de sustentação da própria população.

Ao deixar que uma proporção muito grande da população caia abaixo da linha da miséria, estamos achatando o **PIB**, porque essas pessoas não contribuem.

É um ciclo vicioso que já estamos vendo no Brasil, com um quadro de estagflação [**inflação** elevada sem crescimento econômico].

O Brasil é um exemplo perfeito de erros de política e seus resultados, que redundaram no aumento da fome. O Brasil não é como alguns dos países com os quais trabalhamos, realmente pobres, como na África, na Ásia e mesmo na América Latina.

Nesses países, não há alimentos e eles têm infraestrutura realmente precária, o que é totalmente diferente do Brasil, que está entre os maiores produtores de alimentos do mundo.

A fome está relacionada à economia e à desigualdade, e o Brasil figura entre os países mais desiguais do mundo. Para trabalhar isso, é preciso mudar a estrutura econômica e tributária. Não adianta darmos uma migalha aqui, ter programa de cesta básica ali. Isso não resolve nada.

Em todos os pai se s que trabalhamos, batemos nesse ponto, e temos visto mudanças radicais, inclusive em

nações pobres da África.

É preciso mudar a estrutura tributária para que quem tem mais possa contribuir mais. É uma coisa básica. Mas, no Brasil, isso é tabu.

Todo país desenvolvido tem alguma política para desconcentrar renda, fazendo com que pessoas que estão na pobreza não caiam na miséria extrema e na fome.

Isso pode ser feito por meio do aumento de salário mínimo, política que foi interrompida no Brasil, e por financiamentos aos pequenos produtores. No Brasil, eles são 5 milhões de famílias que produzem cerca de 70% do que consumimos. Hoje, as políticas estão concentradas no grande agronegócio.

Com o pequeno produtor, deixamos de ligar tanto os preços dos alimentos ao dólar, pois os pequenos não exportam seu excedente. Com o agronegócio, não. O dólar alto é uma oportunidade. E, do jeito que a imagem do Brasil está la fora, daqui a pouco vai acabar sobrando para o agro também.

Como avalia o papel do ICMS, que onera sobretudo os mais pobres? A tributação sobre o consumo é uma das mais injustas que existem, porque os pobres consomem toda a sua renda no dia a dia. Temos que modificar isso, para que os mais ricos contribuam mais via Imposto de Renda.

Há bons projetos no Congresso nesse caminho, que não avançam. Quando defendemos isso, não queremos que todos sejam iguais, mas que ninguém morra de fome.

Os números da fome no Brasil já eram alarmantes. Mas, com o aumento do desemprego, da **inflação** e as crises políticas que estamos enfrentando, temos uma tempestade perfeita para que essa situação pior. E não vejo um debate sério, na pauta do dia, para resolver um problema que está se agravando, com as pessoas passando fome mesmo.

O que mais seria recomendável? É preciso incluir mais a população e fazer com que os pequenos negócios também avancem. É preciso ter mais cursos profissionalizantes.

Hoje, dos cursos oferecidos pelo sistema S, por exemplo, muitos são de profissões que já nem existem mais. É preciso direcionar mais isso para a ótica do empreendedorismo. Ninguém quer produzir mais nada no Brasil, o que é um problema sério.

Muita gente não gosta, mas é preciso manter uma renda básica para essas pessoas [como o Auxílio Emergencial pago durante a pandemia]. Se cortar isso hoje, aí vamos ver o que vai acontecer. As pessoas estão vivendo disso. E esse dinheiro que recebem é o que faz a economia girar em determinadas cidades.

É preciso incrementar o Bolsa Família neste momento crítico. Manter a renda emergencial e o Bolsa Família. Mas isso não resolve se não for levado adiante a questão tributária no Congresso.

Pode vir PT, PSDB ou quem for. Se não mexermos nisso, vamos estar nesse mesmo assunto nos próximos anos. É necessário mexer diretamente na raiz do problema.

Precisamos aprender também a fazer planos de desenvolvimento. Lógico que eles têm outro tipo de governança e sociedade, mas a China cresce por isso. É plano atrás de plano.

No Brasil, a cada governo mexem e remodelam tudo. Se isso não mudar, estamos fadados a estar sempre discutindo esse assunto.

Temos de ter políticas de Estado. Fui funcionário público e passei por vários governos. A cada vez que chega um novo governante, toda a máquina é altera da. Perde-se até a memória do que havia.

É preciso parar de mudar todo mundo e colocar pessoas que não têm a mínima ideia do que estão fazendo ali, e que demoram um ano para entender o que está de fato acontecendo.

Essas políticas de Estado têm de ser perenes, não importando quem fez, quem aperfeiçoou. Isso era digno de países africanos, e até eles estão aprendendo mais do que o Brasil.

Site: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/

Descompasso com o mundo (Editorial)

Baixo crescimento, alta **inflação**, desemprego elevado e dívida pública acima dos padrões dos emergentes dão ao Brasil uma posição diferenciada entre seus pares, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI). A recuperação global continua, mas com impulso menor que o estimado em julho, num ambiente de maior incerteza, afetado pela pandemia e com desempenhos muito desiguais entre países, segundo a Perspectiva Econômica Mundial, principal relatório periódico do Fundo. As novas projeções apontam crescimento de 5,9% em 2021 e 4,9% em 2022 para a economia mundial e de 5,2% e 1,5% para a brasileira. O pobre desempenho brasileiro tem muito a ver com o mau uso de recursos públicos, bem exemplificado, nas notícias do dia a dia, pelos escândalos do orçamento secreto e das emendas "cheque em branco".

A expansão agora projetada para o Brasil, neste ano, é pouco menor que a estimada em julho, de 5,3%. O desempenho calculado para o próximo ano foi revisto de 1,9% para 1,5%.

Os novos números são muito parecidos com aqueles mostrados pela pesquisa Focus, conduzida no mercado, semanalmente, pelo Banco Central (BC).

Ao comentar a piora das expectativas em relação ao Brasil, a economista-chefe do FMI, Gita Gopinath, mencionou os efeitos da alta de juros e a revisão, para baixo, do crescimento previsto para os Estados Unidos, segundo maior parceiro comercial do País. Mas essas explicações apenas dão conta de mudanças no curto prazo. As limitações brasileiras são muito mais amplas e mais graves e aparecem há muito tempo nos cálculos dos especialistas.

Baixo crescimento em 2022 e nos anos seguintes apareceria nas projeções, certamente, mesmo sem o aperto monetário promovido pelo BC e sem a perda de impulso - aliás, muito moderada - prevista para a economia americana. Em 2026, de acordo com os cálculos do FMI, o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil deverá aumentar apenas 2,1%. Taxas maiores são previstas para outros emergentes, incluídos vários países da América Latina. A desvantagem do Brasil em relação a seus pares de vários continentes vem sendo apontada há vários anos por economistas do FMI e de outras instituições multilaterais.

Essa diferença é explicável pelo menor potencial produtivo do Brasil. Esse potencial é severamente limitado pelo baixo investimento em máquinas, equipamentos e obras, pela escassez de inovação, pela insuficiência do avanço tecnológico e pela carência de mão de obra em condições de operar uma economia moderna. Pouca integração nas cadeias globais de negócios, proteção excessiva, **impostos** pouco funcionais, entraves burocráticos, orçamentos públicos muito rígidos e desperdício de recursos são componentes desse quadro.

Estão previstos para o próximo ano R$ 3,4 bilhões em emendas "cheque em branco" - sem destinação transparente e sem controle institucional. Isso é parte de uma rotina de uso ineficiente, e até desastroso, de dinheiro público. Esse mau uso afeta a qualidade do gasto governamental, limita o investimento produtivo, impede o desenvolvimento social e restringe a modernização e o crescimento da economia. Em países mais bem administrados, o setor público se endivida para financiar o desenvolvimento.

No Brasil, a maior parte da dívida pública tem origens menos nobres.

É preciso considerar a qualidade do gasto oficial para avaliar com realismo a diferença entre a dívida pública do Brasil e a dos demais emergentes. No Brasil, a dívida do governo geral deve passar de 90,6% do **PIB** em 2021 para 92,4% em 2026. Na média dos países emergentes e de renda média a trajetória deve ser de 64,3% para 69,8%. Na média dos latinoamericanos, o aumento será de 73% para 73,2%.

A economia brasileira tem piorado e a deterioração acelerou- se a partir de 2019. O desemprego é um dos componentes mais visíveis dessa piora.

Em 2022, segundo o FMI, 13,1% dos trabalhadores brasileiros estarão desocupados. O número é pouco menor que o da projeção anterior, 13,2%, mas, se confirmado, garantirá o gran finale do mandato do presidente Jair Bolsonaro.

Projeções do FMI mostram de novo o País em desvantagem no quadro global

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Sem solução para Bolsa Família, cresce a pressão para renovar auxílio emergencial

MARCOS CORRÊA/PR/27/8/2021

Resistência. Equipe do ministro Paulo Guedes rejeita colocar despesas fora do teto de gastos

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

A apenas 18 dias do fim do auxílio emergencial concedido durante a pandemia de covid-19, o clima na equipe econômica é de tensão e enfrentamento para impedir nova prorrogação do benefício - medida defendida por auxiliares do presidente Jair Bolsonaro e lideranças do Congresso, enquanto o governo não tira do papel o novo Auxílio Brasil, que vai substituir o Bolsa Família.

Os principais auxiliares do ministro da Economia, Paulo Guedes, já avisaram em reuniões internas e com representantes do mercado financeiro que não assinam a prorrogação do auxílio por meio de novo crédito extraordinário, o que possibilitaria que as despesas ficassem fora do teto de gastos (a regra prevista na Constituição que fixa um limite anual de despesas com base na variação da **inflação**).

Um cenário de ruptura na equipe econômica não é improvável, e passou a ser incorporado por analistas do mercado financeiro depois que o secretário especial de Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, em encontro fechado, deixou claro que não assinará uma prorrogação do auxílio. A sua assinatura é necessária para a edição do crédito extraordinário.

Como o auxílio ficaria fora do teto, a prorrogação do benefício, na prática, liberaria mais espaço no Orçamento para recursos destinados a emendas parlamentares.

Em avaliação no Congresso, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera os pagamentos dos precatórios já aumenta em mais de R$ 50 bilhões o espaço para novos gastos em 2022, mas o Palácio do Planalto e lideranças do Centrão querem mais.

O quadro de forte pressão política por aumento de gastos com emendas parlamentares e obras consideradas eleitoreiras no ano que vem se soma às dificuldades do governo para sair do impasse e destravar cinco pontos que ainda bloqueiam o Orçamento de 2022.

São eles: a PEC dos precatórios; a votação do projeto de reforma do Imposto de Renda; a definição da medida provisória com o valor do Auxílio Brasil; mensagem modificativa para alterar o projeto do Orçamento; e a concessão de um "vale- gás" para a população de baixa renda. Todos esses pontos estão amarrados entre si.

Neste contexto, técnicos da área fiscal do Ministério da Economia ouvidos pelo Estadão afirmam que a prorrogação do auxílio seria o cenário das "trevas", que acabaria se voltando contra o próprio presidente, com uma guinada definitiva na direção do populismo fiscal e, como efeito, com um horizonte de mais **inflação**, dólar em alta e perda de credibilidade.

Fragilidade. O desgaste de Guedes após a revelação de que mantém recursos em offshore em um paraíso fiscal acabou enfraquecendo a posição da equipe econômica na defesa do fim do auxílio e de uma solução fiscal para um novo programa dentro do teto de gastos.

"O cenário está muito difícil e, à medida que o tempo avança, esse embate vai ficando mais pesado.

Porque, como não se consegue resolver pelos caminhos normais, vão tentando resolver pelos caminhos das brechas", avalia Manoel Pires, coordenador do Observatório Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas.

Pires estima um buraco de no mínimo R$ 70 bilhões no Orçamento de 2022, que pode aumentar ainda mais caso haja a definição de um subsídio para bancar o "vale-gás" aos mais pobres.

Segundo ele, como não se decide nada com antecedência mínima, os riscos fiscais estão aumentando. Pires também não vê viabilidade técnica de se prorrogar o auxílio usando o mecanismo de crédito extraordinário, mas alerta que, diante dos efeitos da crise econômica, é preciso achar uma solução rápida para aumentar o valor do novo Auxílio Brasil e ampliar o público alvo. "O cabo de guerra é resolver esse impasse de dois meses para as pessoas não ficarem sofrendo muito." O governo já enviou uma medida provisória que acaba com o Bolsa Família e cria o Auxílio Brasil, mas o texto não definiu o valor do novo benefício. Se o governo quiser manter a ideia inicial de criar o Auxílio Brasil como um programa permanente, com a marca do governo Bolsonaro, precisa começar a pagar o benefício já em dezembro - uma exigência da lei eleitoral, que impede a criação de novos programas no próprio ano das eleições.

Uma das maiores incertezas para sair da paralisia atual é a votação no Senado do projeto de reforma do Imposto de Renda.

Aprovado com ampla maioria na Câmara, o texto sofre resistência entre os senadores, inclusive do próprio relator, senador Angelo Coronel (PSD-BA), que tem sinalizado que não há pressa em colocá- lo em votação. Líderes governistas tentam um acordo para a aprovação, com o apoio do MDB, o maior partido no Senado.

O impasse em torno do projeto do IR se dá porque o governo atrelou a sua aprovação ao aumento de valores pagos pelo Auxílio Brasil. A compensação é uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Se o projeto não for aprovado, um "plano B"em discussão no Congresso seria a criação de um auxílio temporário com prazo de até dois anos, que não exigiria a compensação com aumento de receitas ou corte de despesas. O Ministério da Economia aprova a criação desse auxílio temporário, inclusive para incorporar o "vale-gás", desde que as despesas fiquem dentro do teto de gastos.

l "Brechas"

"Como não se consegue resolver pelos caminhos normais, vão tentando resolver pelas brechas." Manoel Pires COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO FISCAL DO IBRE/FGV

Site: Usinas Camila Souza Ramos De São Paulo

Estagnação à vista: o que fazer? - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Ao se aproximarem as eleições, o Brasil se vê diante de um quadro bastante difícil. Primeiro, por termos tido uma das piores reações à pandemia do coronavírus, algo que deixou marcas. Para tanto, basta comparar as mortes decorrentes da covid-19 medidas em razão da população total, número bem mais alto que o de outros países relevantes para esse tipo de exercício, ao menos até abril de 2021 (no Brasil, 5 vezes maior que nos EUA), quando a vacinação começou a se intensificar por aqui.

Segundo, a temida **inflação** anual acima de 10% está de volta, e as únicas armas acionadas são o ineficaz teto de gastos públicos (que só aperta investimentos) e a subida da taxa de juros.

E, justo na hora em que o Brasil precisava rever certas posições radicais, como a que combate o crescimento do gasto público a qualquer custo, enquanto os demais países de peso na economia mundial já reviram esse tipo de posição há algum tempo, assume uma administração retrógrada na economia, fiel aos preceitos oriundos da escola de Chicago, hoje sob intenso tiroteio, inclusive pela ação do novo governo americano.

O governo daqui acreditava que, sob aquela orientação, os investimentos estrangeiros "bombariam", e por aí a economia retomaria o crescimento. Pois bem, no sentido oposto, a taxa de câmbio continua bastante pressionada para cima pela fuga de capitais (daí em parte a **inflação**) e a evolução do **PIB** é desalentadora na comparação com a média mundial.

Por aqui, em meados de 2020 a trajetória do **PIB** mergulhou em voo livre para baixo, para retornar após algum tempo à borda do precipício, mas de lá para cá está estagnada nessa mesma posição, com as projeções de órgãos acreditados sinalizando a mesma estagnação até o fim de 2022. Ou seja, o País, primeiro, desabou, retornou à borda do precipício e, depois, tenderá a ficar parado ao longo do tempo, se nada de eficaz for feito para evitar isso.

Governo central à parte, precisamos nos dar conta de que, sem investimento público subnacional bem mais alto, não haverá como puxar os privados nem, por consequência, expandir a taxa de crescimento do **PIB**, seja via expansão de capacidade, seja via aumento de produtividade.

Em adição, ajudaria a melhorar a distribuição de renda, conforme estudos acreditados já comprovaram.

Para tanto, já que o mantra é não se endividar sequer para investir, então, se queremos crescer, é preciso zerar os esquecidos passivos atuariais dos entes subnacionais, ou de longo prazo, que dispararam de vários anos para cá e atingem valores recordes, pois este é o único caminho que resta para esses entes investirem mais.

Com efeito, se jogarmos o foco nos déficits financeiros da previdência subnacional, a situação é igualmente dramática, pois, se os juntarmos com o da União, chega-se a R$ 173 bilhões em 2017 (2,6% do **PIB**), podendo ter chegado a 2,8% em 2020.

Em adição ao problema previdenciário dos entes subnacionais, não se pode menosprezar o relevante papel desempenhado pelos suborçamentos relativamente autônomos na expansão dos demais gastos primários. Neste contexto, cada suborçamento protegido por vinculações de receita (como saúde e educação) ou por "autonomia financeira e administrativa" (como é o caso dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) alega que não tem recursos para pagar seus próprios inativos e pensionistas, transferindo-os para o orçamento dos gastos discricionários, francamente residual, o que espreme os investimentos ainda mais contra a parede.

Fez-se há pouco uma razoável reforma de regras previdenciárias na União (Emenda 103/19), infelizmente não estendida automaticamente para os entes subnacionais, mas, além de implementá-la, é preciso aportar ativos para fundos previdenciários, além de adotar outras medidas relevantes para apresentar ao País uma demonstração do equacionamento previdenciário no setor público, em linha com o grande e relevante esforço que a Secretaria de Previdência, sob a direção de Narlon Gutierre e equipe, vem fazendo.

Site: Usinas Camila Souza Ramos De São Paulo

Quadro fiscal é a principal causa do crescimento pífio (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Brasil está pior do que o mundo - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Dívida global atinge o recorde de US$ 226 tri, aponta FMI

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Atuação do BC faz dólar fechar em queda, a R$ 5,50

STEPH ANIE TONDO EVITOR DA COSTA
economia@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Fundo reduz estimativa, mas ainda vê dívida pública superior a 90% do PIB

Sérgio Lamucci

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187032?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187032?page=1&section=1

Parecer à PEC limita precatórios a serem emitidos pela Justiça

Fabio Graner e Raphael Di Cunto

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187032?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187032?page=1&section=1

Mendonça estará no STF em breve, diz Bolsonaro

André Guilherme Vieira

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187032?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187032?page=1&section=1

Tema da privatização ressurge

André Ramalho

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187032?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187032?page=1&section=1